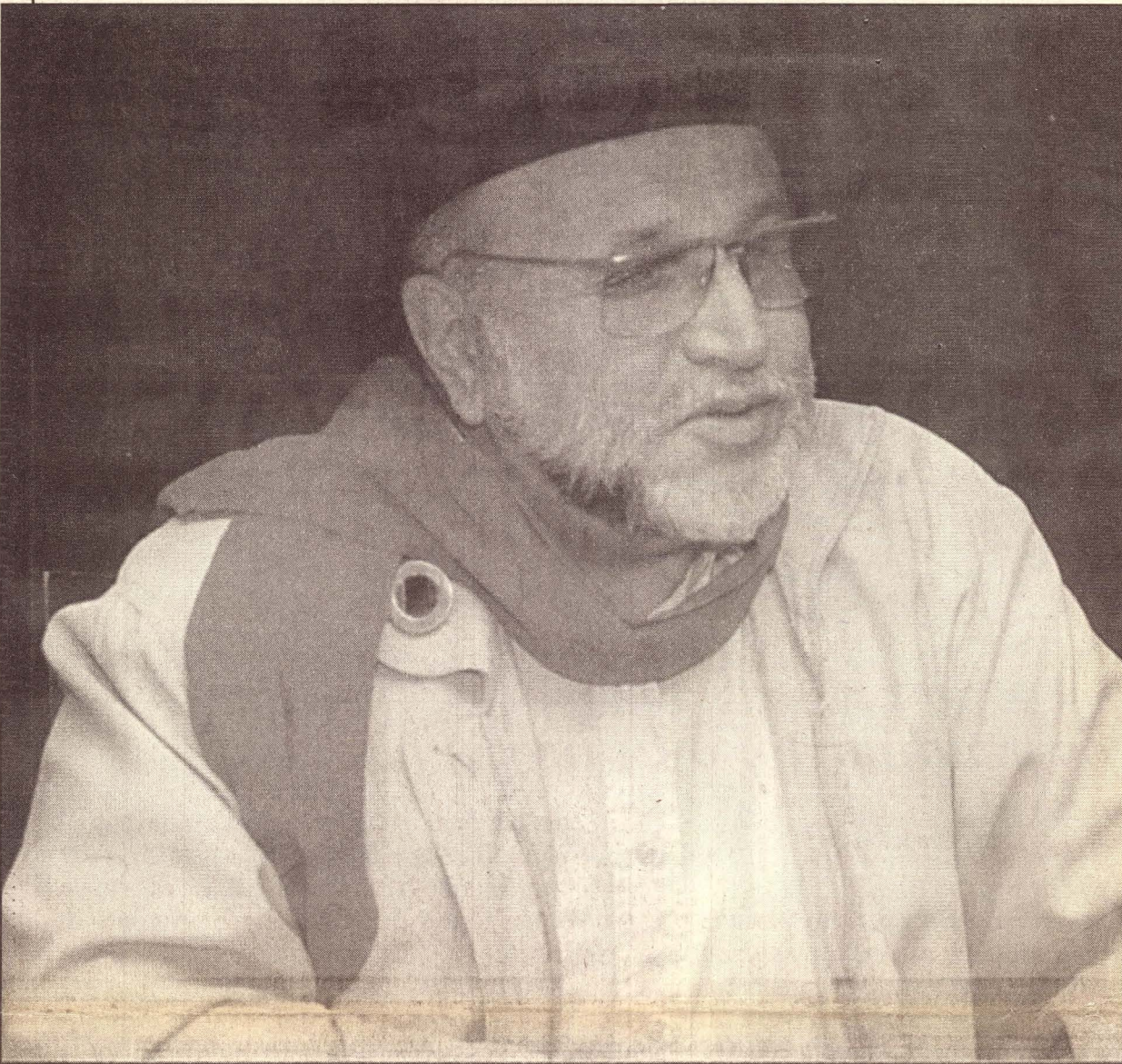


IMPRESSO

Pós-graduação da UFRGS no topo das federais

Liderança entre as instituições federais de Ensino Superior foi reconhecida pela Capes. PÁGINA 3

ENTREVISTA



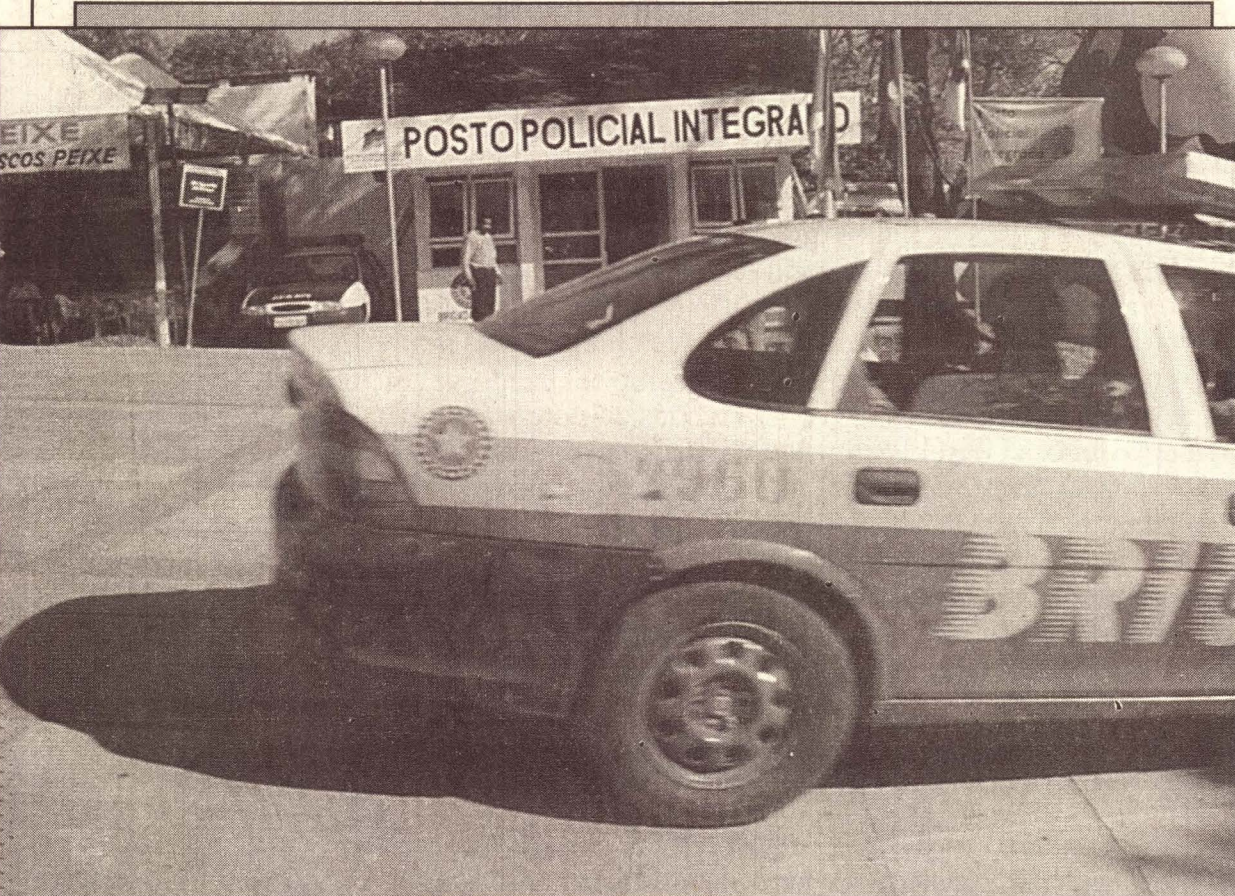
RICARDO DE ANDRADE

EVGEN BAVCAR

Arte com luz própria

Cego desde os 11 anos, este historiador, filósofo, esteta, fotógrafo e cineasta esloveno tem sua maneira especial de “ver” e iluminar o mundo.

PÁGINAS 6 e 7



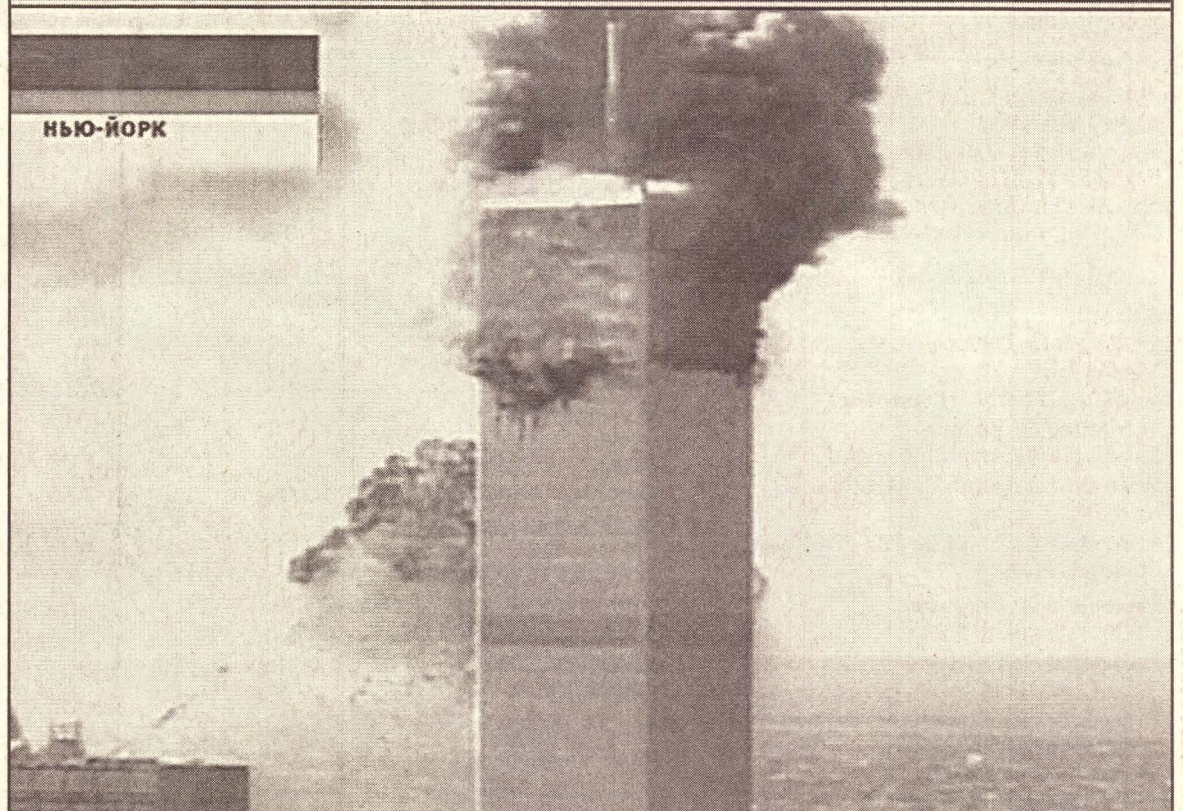
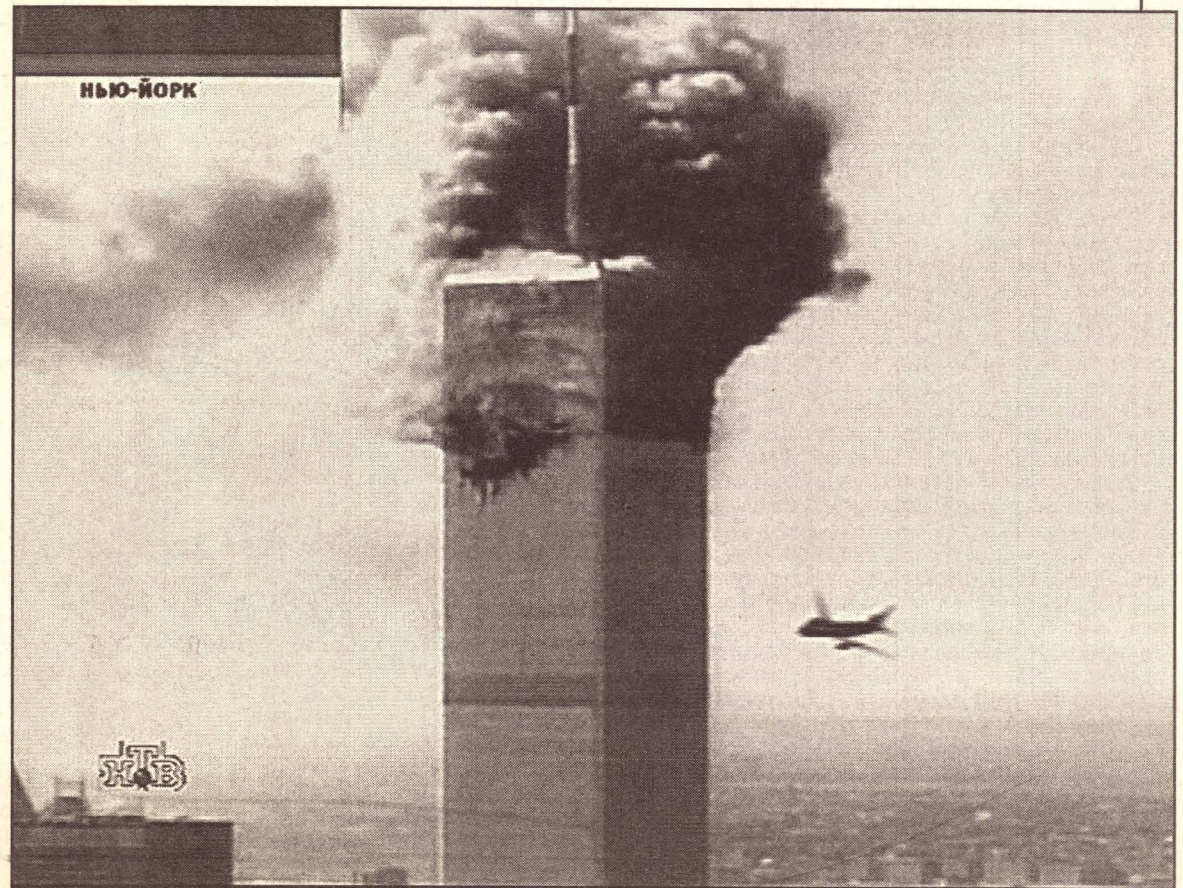
RICARDO DE ANDRADE

O Rio Grande do Sul tenta uma integração das forças civis e militares

Universidades podem modelar nova polícia

PÁGINA 9

O dia em que o mundo viu sua história mudar



No dia 11 de setembro, o mundo assistiu pela TV, ao vivo e em cores, à destruição das torres do World Trade Center e de parte do Pentágono, dois dos maiores símbolos do poder americano. Os atentados superaram a ficção e causaram a morte de milhares de pessoas, provocando a ira do presidente George W. Bush, que promete retaliação. O século 21 inicia com um dilema: continua a violência ou começa a reflexão?

PÁGINA 5

Infra-estrutura recebe R\$ 8 milhões até o fim do ano

PÁGINA 4

Dia de Giza em Nova York

Esperado aconteceu. Terrível como poucos desastres já registrados na história da humanidade, a destruição das torres do World Trade Center e de parte do Pentágono deixou o mundo boquiaberto. Em número de mortos, esse atentado não pode ser comparado com a bomba atômica que os americanos jogaram sobre a cidade japonesa de Hiroshima, em 1945, matando, na hora, mais de 70 mil pessoas, e seguida dias depois por outra bomba, sobre Nagasaki. Não pode ser comparado sequer com os constantes bombardeios que os miseráveis da Terra vêm sofrendo ao longo de décadas, em especial, no Oriente Médio. Mesmo assim, a destruição do WTC foi mais chocante e estarrecida, por ter ocorrido diante das câmeras de televisão. Ou seja, diante dos olhos do mundo inteiro.

Nesta edição, o Jornal da Universidade apresenta um artigo do professor Paulo Vizenini em que ele supõe que, em consequência os atos terroristas em Nova York e Washington, se instalará "uma guerra civil esporádica de dimensões planetárias". O articulista cita um possível choque de civilizações, para o qual teria contribuído a indústria cinematográfica americana, ao produzir filmes que estereotipam os árabes como terroristas, os latinos como traficantes e os asiáticos como novos ditadores. Na mesma página 5 o leitor encontrará um texto sobre as consequências econômicas da destruição causada pelos atos do terror.

Junto com acontecimentos tão terríveis e de consequências inesperadas, esta edição traz notícias agradáveis e, de certa maneira, já aguardadas. Como a que está na página 3 e é a manchete do jornal: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul está em primeiro lugar entre as instituições federais de ensino superior do Brasil no conjunto das áreas de pós-graduação. Ou como a que está na página 4: até o final do ano, a UFRGS deve receber cerca de oito milhões de reais para a melhoria da infra-estrutura de pesquisa.

Nas páginas 6 e 7, leia a entrevista com fotógrafo esloveno que não enxerga. Evgen Bavcar, cego desde os 11 anos de idade, além de fazer fotografias artísticas, é poliglota, historiador e filósofo. Na página 9 saiba por que está próximo o dia em que as polícias militar e civil do Brasil iniciará um processo de aproximação e colaboração que revolucionará o setor de segurança pública no País (a Universidade tem muito a ver com isso). E na página 10 conheça o Serviço de Orientação Profissional da UFRGS, que há dez anos vem ajudando os estudantes a entender a própria trajetória. Boa leitura.

ESPAÇO DA REITORIA

Universidade pública: esforço & omissão

●WRANA MARIA PANIZZI

Reitora

Algumas comemorações caracterizam, nas últimas semanas, o comportamento da comunidade acadêmica brasileira. Ela festeja, por exemplo, o êxito da recém-concluída Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, evento de extrema importância, no qual a comunidade científica analisou o papel estratégico da ciência e tecnologia no desenvolvimento do Brasil. A comunidade acadêmica também celebra os excelentes resultados da pós-graduação, em especial os alcançados pela UFRGS, ganhos estes evidenciados pela mais recente análise do desempenho dos 2.357 cursos de pós-graduação existentes no país coordenada pela Capes e divulgada em 30 de agosto último.

A tais avanços – inegáveis e expressivos – somam-se as conquistas que as universidades federais vêm alcançando junto a alguns programas do Governo Federal, entre eles, o chamado Fundo dos Fundos. Neste último programa, por exemplo, algumas instituições obtiveram recursos para implantação ou reforço da infra-estrutura de pesquisa, suprindo uma demanda que, pelo menos há dez anos, vinha sendo reclamada, sem sucesso, pelas universidades brasileiras. Dados contidos em recente documento assinado pelo Ministério da Educação, publicado nos principais jornais do país, revelam importante aporte para as universidades federais brasileiras.

Com todas essas conquistas e ganhos, no entanto, a grande maioria das universidades federais está em greve. Paralisação, marcada em algumas instituições por extrema radicalização que já atinge dois meses. O que, então, explica essa greve, que paralisa o ensino de graduação e compromete a rotina da pós-graduação, pesquisa e extensão, setores cada vez mais vitais não apenas às universidades mas ao próprio desenvolvimento econômico e social do Brasil?

Os próprios dados divulgados pelo Ministério da Educação contêm algumas das principais razões – além da inegável defasagem salarial dos professores, pesquisadores e técnico-administrativos que compõem a comunidade universitária federal – que alimentam a greve. Uma análise mais atenta dos dados mostra que, apesar do bom desempenho da universidade e dos aportes que ela vem recebendo do governo federal, tais recursos estão muito aquém das reais necessidades dessas instituições.

Vejam alguns exemplos: ■Em 1994, a Capes concedeu 17.900 bolsas de pós-graduação em mestrado e doutorado. Em 2000, esse total subiu 27%, alcançando 22.700 bolsas. No mesmo período, no entanto, o número de alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) cresceu 62%: 48.500 em 2000, contra os 30.000 de 1994. Conclusão: o aumento do número de bolsas não acompanhou o crescimento do número de pós-graduandos em 1994, 60% tinham bolsas da Capes, um percentual que caiu, hoje, para 47%.

■O comunicado do Ministério da Educação mostra que a União investiu, no período 1995/2000, R\$ 50 milhões em programas de informatização dos campi. Considerando que existem 52 instituições federais de ensino superior no país esse aporte significa, em média, cerca de R\$ 1 milhão por instituição; em cinco anos, ou seja, R\$ 200 mil por ano, um valor insuficiente. A UFRGS, por exemplo, só para realizar o *up-grade* de 20% dos seus 4 mil computadores precisaria no mínimo de R\$ 1,2 milhão/ano.

■No que diz respeito ao orçamento das Universidades Federais observa-se que o mesmo cresceu 30% no período de 1995/2000, enquanto que a inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) aumentou 70%, o que significa uma perda real no orçamento e uma consequente dificuldade de manutenção adequada das atividades das universidades.

■Outro exemplo específico da UFRGS: os concursos ocorridos no período 1995/2000 mal permitiram manter o quadro docente. Em 1995, a UFRGS tinha 2.118 docentes, total que, em 2000, caiu para 2.097. Em 1990, esse total era de 2.483 docentes. Em 1990 a UFRGS oferecia 43 cursos de graduação, 42 de mestrado e 17 de doutorado. Hoje, tem 58 cursos de graduação, 62 de mestrado e 47 de doutorado. Vale lembrar que, atualmente, a UFRGS conta com 365 professores-substitutos. Ou seja, hoje, 15% dos professores em sala de aula são substitutos, o que caracteriza uma solução emergencial pois estes professores têm uma precária relação contratual com a Universidade e não podem atuar em pesquisa e extensão.

■Ainda quanto aos recursos humanos, observa-se que nestes últimos cinco anos as vagas em aberto para técnico-administrativos chegam a 730, atingindo, de forma especial, aqueles recursos humanos qualificados e tão importantes como laboratoristas, bibliotecários e técnicos em informática. Em relação a este e ao presente momento não há autorização de concurso público.

Estes são apenas alguns exemplos que, além de confirmarem o aumento, em termos históricos, do volume dos investimentos do governo nas instituições federais de ensino superior no período 1995/2000, mostram também que esse incremento é inferior às reais necessidades. Reconhecer que, nos últimos anos, houve um efetivo empenho para atender às demandas do ensino superior público brasileiro é uma questão de justiça. Silenciar, no entanto, sobre a insuficiência desse esforço seria uma inaceitável omissão. Um pecado que pode comprometer de forma irremediável o estratégico compromisso que, segundo o consenso das nações – também assinado pelo Brasil – que participaram das Conferências Mundiais de Educação Superior de Paris (1998) e de Ciência e Tecnologia de Budapeste (1999), as universidades públicas têm com o desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-3368
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitora
Wrana Maria Panizzi

Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann

Pró-reitor Adjunto de Graduação
Norberto Hoppen

Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação
Philippe Navaux

Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto

Pró-reitor de Extensão
Luiz Fernando Coelho de Souza

Pró-reitora de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahorgue

Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin

Pró-reitor de Recursos Humanos
Sérgio Nicolaiewski

Secretário de Assuntos Institucionais e Internacionais
Jaime Evaldo Fensterseifer

Secretária de Avaliação Institucional
Patrícia Lessa Flores da Cunha

Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahorgue

Secretário do Patrimônio Histórico
Christopher Bernasiuk

Procurador-geral
Armando Pitrez

Jornal da Universidade

Publicação da Coordenadoria de Comunicação Social da UFRGS
Coordenador
Miguel Angelo Ribeiro de Ribeiro

Conselho Editorial - Christa Berger, Flávio Oliveira, Geraldo Huff, Ivo Stigger, Luís Augusto Fischer e Maria Helena Weber

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 316-3368/316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

Editor-chefe - Clóvis Ott

Editora executiva - Ida Stigger
Editores assistentes - Ademar Vargas de Freitas e Jurez Fonseca
Redação - Arlete R. de Oliveira Kempf, e Sônia Torres
Projeto gráfico e editoração eletrônica
Anibal Bendati

Fotografia - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim

Colaboraram nesta edição - Altamiro Amadeu Susin, Paulo Fagundes Vizenini e Sílvia Maria Rocha

Circulação - Luiz Ricardo de Andrade cadinho@ufrgs.br

Apoio - Rosâne Vieira
Serv. gerais - Antônio Carlos dos Santos
Fotolitos e impressão - Companhia Riograndense de Artes Gráficas

Apoio - Agência Universidade Federal do Banco do Brasil



Pós-graduação, o futuro já chegou

●ALTAMIRO AMADEU SUSIN

Presidente do Fórum de Coordenadores de Pós-graduação

A última avaliação da Capes colocou a UFRGS, mais uma vez, no topo do *ranking* das universidades brasileiras. Esse é apenas o corolário de um trabalho continuado de quase 50 anos. Os pioneiros deste movimento queriam ver a UFRGS no mapa mundi do conhecimento. O século 20, que iniciou marcado pela importância da tecnologia, terminou sob o signo da "sociedade do conhecimento". Podemos dizer que a UFRGS "pegou este bonde", e o fez através de seus programas de pós-graduação (PG). A estratégia está alicerçada num trabalho de qualificação de pessoal que continua até hoje: nos últimos três anos 179 docentes titularam-se com doutorado, o que corresponde a 8,5% do quadro docente.

A UFRGS é destaque "também" na PG, ao lado do papel de formadora dos profissionais que construíram o Sul do País, aí incluídos muitos dos professores das universidades da região. O conhecimento necessário para a produção de bens e serviços nasce nos laboratórios. A UFRGS internalizou e criou o conhecimento que permitiu o desenvolvimento sócio-cultural regional. É evidente que o setor de produção de bens e serviços deve evoluir para ser competitivo: para isso e por isso necessitará cada vez mais de recursos humanos qualificados. Isto significa trabalho mais qualificado para nosso povo. O trabalho dos laboratórios de pesquisa, por sua vez, extravasa para as salas de aula, resultando no ensino de graduação de qualidade que é marca desta universidade.

Enquanto comemora o feito, a UFRGS pensa nos professores, alunos e funcionários que, numa luta infatigável, dão o melhor de si para produzir, mesmo em condições adversas. Seria ingenuidade ou falta de informação imaginar que é fácil conduzir tarefa dessa envergadura. Mesmo com muito esforço, alguns cursos não tiveram a melhor avalia-

ção. Pode ser fatal pedir para fazer, ainda mais quando já estão trabalhando no limite; só dizemos: "continuem lutando". Para a sociedade, essa realização é uma forma da UFRGS prestar conta de seu trabalho como entidade de serviço público.

"Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito" (Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia - Paz e Terra, 97). A humanidade tem utilizado pouco sua capacidade de escolher o futuro. Por bem ou por mal, ela terá que começar a fazê-lo. Daí a importância destas dezenas de áreas de conhecimento, da saúde às artes, das ciências sociais às engenharias, das ciências exatas e da terra às letras etc., que formam os 64 cursos de PG da UFRGS. Tanto quanto o próprio conhecimento, é importante o seu uso correto para o bem da humanidade.

Numa sociedade do conhecimento, o cultivo da cultura local é uma questão de identidade. Devemos continuar formando doutores em diversos pontos do planeta, inclusive para fermentar nosso ambiente cultural. Desenvolver o nosso próprio sistema de pós-graduação, entretanto, é fundamental para manter nossa identidade. A recente declaração do "Fórum de Coordenadores de Pós-graduação" da UFRGS chama atenção para o patrimônio cultural que representa o sistema de PG no País. É preciso ver a PG também como a instância de formação dos formadores da nossa sociedade, papel que a UFRGS tem desempenhado com destaque na região.

A PG representa uma parcela significativa do trabalho realizado pela Universidade. As orientações de doutorado, mestrado e iniciação científica, a produção científica, os cursos de extensão, a realização de projetos, o intercâmbio com universidades do País e do exterior, a transferência de tecnologia etc. são outras tantas formas de inserção da Universidade no contexto sócio-cultural e técnico. Parabéns, Universidade Federal do Rio Grande do Sul!

CARTAS

Jornal

Gostaria de dar parabéns ao Jornal da Universidade por seu conteúdo e elaboração. Sou acadêmica de Direito da Universidade do Vale do Itajaí, SC, e conheci o jornal quando nossos colegas gaúchos o levaram para o 47º Congresso da UNE, em Goiânia.

Danielle Fermiano dos Santos
Balneário Camboriú/SC

Jornalismo 1

Sou acadêmica do curso de Administração Hospitalar e Hoteleira da UFPel e gostaria de fazer vestibular para o Curso de Jornalismo. Gostei muito do *site* do jornal. Se possível, gostaria de receber infor-

mações sobre o curso e de saber quais as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos de jornalismo.

Érica Martins
Pelotas/RS

Nota do editor: As informações solicitadas podem ser obtidas na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, pelo telefone: (51) 3316-5092

Jornalismo 2

Dou parabéns a vocês pela excelente qualidade do Jornal da Universidade. Para os vestibulandos da UFRGS, esse jornal é quase como um material extracurricular, que, pelas ótimas leituras, nos possibilita um maior conhecimento da

universidade e um enriquecimento cultural. Tenho duas perguntas que gostaria que, se possível, fossem respondidas: qual é a possibilidade de aumento de vagas no curso de Jornalismo e qual a possibilidade de criação de um curso noturno de Jornalismo? Desde já agradeço pela atenção.

Marcelo Bezerra dos Santos
Porto Alegre/RS

Nota do editor: A Pró-reitoria de Graduação informa que para o ano de 2002 não há possibilidade de aumentar as vagas do curso de Jornalismo nem de criar um curso noturno, mas o assunto está sendo estudado.

Liderança em pós-graduação

RICARDO DE ANDRADE

A UFRGS ocupa a primeira posição entre as instituições federais de ensino superior do Brasil no conjunto das áreas da pós-graduação. O anúncio foi feito pela Capes, em agosto, após a análise do desempenho dos 2.357 cursos de pós-graduação existentes no País.

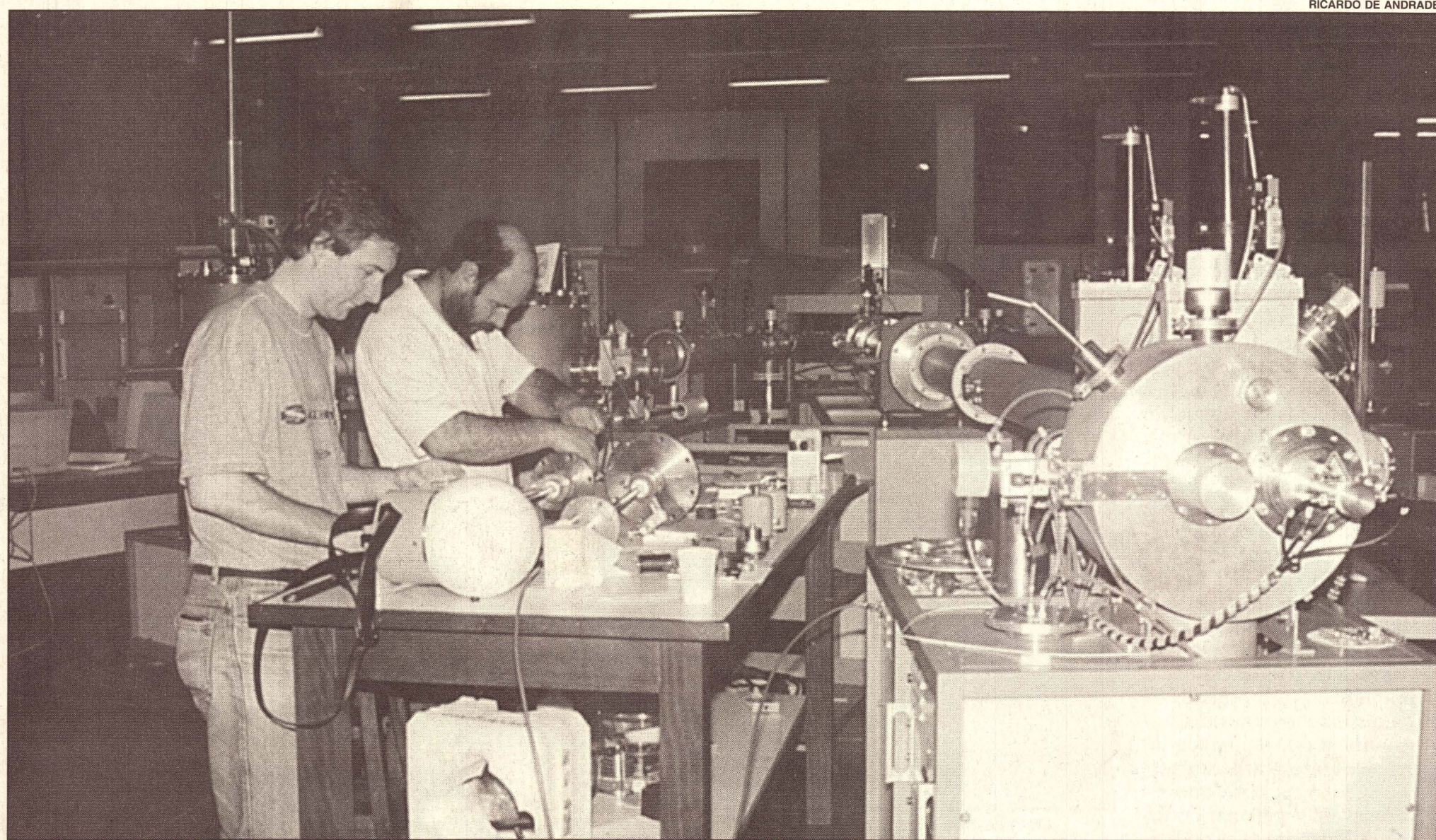
Segundo a avaliação, coordenada pela Capes - órgão do Ministério da Educação responsável pela política de pós-graduação no País e pelo sistema de implantação e avaliação - referente ao triênio 1998/2000, a média 4,61 das notas obtidas pelos programas de Pós-graduação da UFRGS ficou acima das médias obtidas pela segunda colocada - a Universidade Federal de Minas Gerais (4,59) - e pela quarta colocada, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com média 4,44. Em terceiro lugar ficou uma instituição estadual, a Universidade de São Paulo, cujos cursos de Pós-graduação alcançaram a média 4,57. A UFRGS também se destaca no cenário brasileiro entre as universidades federais pelo número - sete - de programas de mestrado ou doutorado que alcançaram o nível de excelência, ou seja, os graus seis e sete, os mais altos da avaliação do MEC/Capes. Neste critério, em segundo lugar ficou a Universidade Federal de Brasília (UnB), que conseguiu seis notas desse nível.

"O bom resultado demonstra a importância dos 422 grupos de pesquisa que existem na UFRGS, todos intimamente relacionados com a qualidade da Graduação e Pós-Graduação", explica a reitora Wraha Maria Panizzi. Ela observa que, em comparação com os resultados obtidos em idêntico levantamento realizado em 1998, o número de notas acima de cinco cresceu de 39% para 58%, enquanto as notas três, que indicam cursos apenas razoáveis, foram reduzidas de 23% para 14%.

RELACIONAMENTO INTERNACIONAL

Além do aumento na média geral dos conceitos obtidos nos programas, os resultados mostram que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul cresceu também - e sem exceção - em todas as nove grandes áreas avaliadas pela Capes: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais e Aplicadas; Ciências Humanas; Lingüística, Letras e Artes; e Multidisciplinares.

"Estes ótimos conceitos não aparecem da noite para o dia. Antes são resultado de um trabalho que vem sendo desenvolvido, ao longo dos anos, pelos programas com apoio da Câmara e da Pró-reitoria de Pós-graduação", destaca o professor Philippe Navaux, pró-reitor de Pós-graduação da UFRGS. Navaux lembra que nos últimos cinco anos a UFRGS passou de 33 para 53 cursos de doutorado, alcançando o patamar de mais de 80% dos programas com doutorado.



O Laboratório de Implantação Iônica integra o elenco de organismos da Física/UFRGS, que alcançou a nota máxima sete na avaliação da Capes

lidade dos trabalhos desenvolvidos pela Pós-graduação e, portanto, pela melhoria dos conceitos." Ele acrescenta que esse desenvolvimento passa pelo apoio tanto acadêmico quanto financeiro, "fundamental para que se obtenha uma estrutura curricular madura, um corpo docente qualificado e participante, uma ótima formação de mestres e doutores, uma pesquisa de ponta, uma participação em eventos nacionais e internacionais, uma boa infraestrutura, uma inserção internacional e uma boa produção científica em periódicos e eventos de qualidade".

Navaux grifa a importância da crescente inserção internacional da UFRGS. "Este é um dos pontos em que mais crescemos e maior esforço tem sido realizado". Segundo o pró-reitor de Pós-graduação, existe na UFRGS a consciência de que a qualificação dos programas passa obrigatoriamente pelo seu relacionamento internacional, tanto através de projetos de cooperação internacional, intercâmbio de docentes e estudantes e de palestras proferidas no exterior, como pela participação em comitês editoriais de publicações respeitadas no mundo e em conferências internacionais. "Para que nossos programas sejam reconhecidos mundialmente pela sua qualidade, precisamos estar presentes no cenário internacional da Pós-graduação. A própria Capes, na sua avaliação, estabelece que os programas com conceitos seis e sete devem possuir inserção internacional", enfatiza Navaux.

CÂMARA & PIONEIRISMO

A consolidação e a atual qualidade da Pós-Graduação da UFRGS está ligada ao pioneirismo do corpo docente na formação dos primeiros grupos de pesquisa e à política institucional subsequente, com a implantação, em 1976, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, esta com funções executivas, e da Câmara Especial de Pós-graduação e Pesquisa do Cocep, com funções legislativas. Esta a opinião da professora Jocélia Grazia, presidente da Câmara de Pós-graduação da

UFRGS. Segundo ela, essas ações foram imprescindíveis ao desenvolvimento e à consolidação da Pesquisa e da Pós-graduação na UFRGS.

Nessa época, 1976, já estavam implantados na UFRGS 27 cursos de mestrado e cinco de doutorado. Todo esse quadro de desenvolvimento teve historicamente o papel centralizado na Câmara Especial de Pós-graduação e Pesquisa, no-

tabilizada pelos seus altos padrões de controle de qualidade e na Pró-reitoria na execução das metas. Em 1996, o novo estatuto e regimento da UFRGS criou pró-reitorias e câmaras distintas para a Pós-graduação e a Pesquisa. Atualmente, as Pró-reitorias Adjuntas de Graduação e de Pós-graduação estão vinculadas à Pró-reitoria de Ensino, visando à integração dessas atividades.

Jocélia Grazia também destaca a importância do papel da Câmara de Pós-Graduação na avaliação interna das propostas de implantação de novos cursos, antes do encaminhamento à Capes. "Nossas avaliações internas muitas vezes são mais rigorosas que as análises feitas pelos consultores e comitês da Capes. "Esse procedimento assegurou que a UFRGS obtivesse, no triênio 1998/2000, o re-

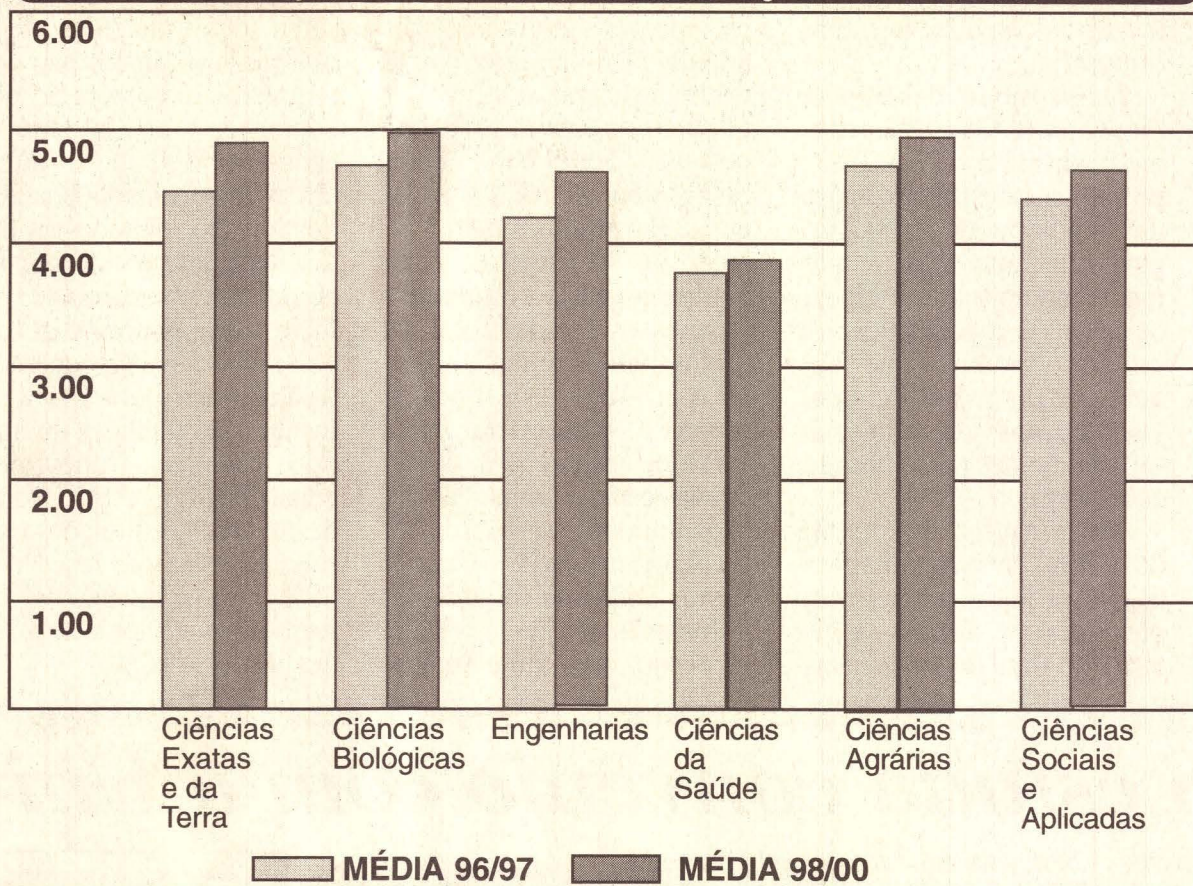
conhecimento de 15 cursos novos de doutorado, três de mestrado acadêmico e cinco de mestrado profissionalizante", informa a presidente da Câmara de Pós-graduação.

RECURSOS INSUFICIENTES

Ao mesmo tempo em que celebra os bons resultados alcançados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul nas avaliações da Capes e no Provão e lembra o crescente aumento na ampliação do número de vagas no vestibular (28% nos últimos 10 anos) e de graduados (no mesmo período, também 28%), a reitora Wraha Panizzi adverte que tais conquistas vêm sendo registradas apesar da queda nos investimentos. "Nos últimos cinco anos, nosso orçamento foi reduzido em 19% em termos reais", registra.

Os salários defasados - lembra a reitora - têm impulsionado a evasão de professores, pesquisadores, técnicos e funcionários administrativos. "A manutenção do atual processo de crescente qualificação da nossa pós-graduação e pesquisa - cada vez mais vitais ao desenvolvimento econômico e social deste Estado e deste País - passa necessariamente pela eliminação dessas distorções de ordem orçamentária", conclui a reitora da UFRGS.

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFRGS



Inserção internacional é fator decisivo

Creriosos foram adotados pela Capes na avaliação dos programas brasileiros de Pós-graduação referentes ao triênio 1998/2000, cujos resultados foram divulgados em agosto de 2001. "As 45 Comissões de Área, coordenadas pela Capes, analisam programas e não cursos isoladamente", informa o professor Jaime Evaldo Fensterseifer, Secretário de Assuntos Institucionais e Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e representante da UFRGS da Área de Administração da Capes. Fensterseifer acrescenta que um programa pode oferecer cursos de mestrado - acadêmico ou profissional - e doutorado. Os cursos de especialização, os chamados cursos *lato sensu* de Pós-graduação não são avaliados.

A análise da Capes é feita em dois momentos distintos. No primeiro deles, cada comissão avalia o conjunto de programas de Pós-graduação de sua área os enquadra em um dos cinco primeiros níveis da escala, que vai de 1

a 7. No segundo momento, os programas que alcançaram grau 5 na primeira avaliação, voltam a ser analisados, sendo então submetidos aos referenciais de excelência de desempenho estabelecidos para os níveis seis e sete, os mais altos da escala. Para alcançar tal pontuação, os programas precisam ter: desempenho diferenciado - nível compatível com padrões internacionais no que diz respeito à produção científica, cultural, artística ou tecnológica;

corpo docente com liderança e representatividade na comunidade onde se insere nacional e internacionalmente.

SISTEMA QUALIS

"O grau de inserção internacional dos programas é um dos fatores decisivos para que ele alcance os graus 6 ou 7", destaca o professor Fensterseifer. "Estamos falando, claro, da produção científica em periódicos reconhecidos de circulação internacional: não basta ser uma publicação estrangeira, também é preciso que tenha cir-

culação internacional." Por exemplo: um artigo sobre pesquisa desenvolvida na UFRGS e publicada numa revista que só circula na Argentina não conta; é considerado "produção nacional".

Segundo Fensterseifer, a Capes tem um sistema chamado *Qualis* que faz a classificação de todos os periódicos onde há produção científica de pesquisadores brasileiros. Eles são classificados em *Internacional A, B e C; Nacional A, B e C; e Local A, B e C*. Neste segundo momento, é examinada a inserção internacional de todos os programas que alcançaram grau 5 na primeira avaliação. Isto é, analisa-se o volume e a qualidade com que este programa - através de seus docentes - tem participado de publicações, comitês e associações internacionais daquela área científica. Avalia-se, também a organização de eventos internacionais no Brasil ou Exterior e a mobilidade de estudantes internacionais nos dois sentidos. "Todos os programas que atendem a tais requisitos re-

cebem o grau 6 e, entre estes, os mais destacados por sua inserção internacional, conquistam o grau máximo, 7."

DESTAQUE NACIONAL

A UFRGS tem quatro programas 7 (Ciências Biológicas, Física, Genética e Biologia Molecular, Geociências). "Ter quatro programas com conceito 7 está muito acima da participação percentual da UFRGS nos programas brasileiros de pós-graduação. Em todo o País existem oito programas com conceito sete, nós temos 50% deste total, o que caracteriza um desempenho muito superior à média de todas as demais universidades federais do Brasil", destaca o secretário de Assuntos Institucionais e Internacionais.

Após a análise pelas comissões de área, ocorre a homologação do resultado pelo Conselho Técnico-científico (CTC), com o objetivo de assegurar coerência e uniformidade ao processo de análise. Só então é feita a divulgação dos resultados.

Oito milhões de reais para infra-estrutura de pesquisa

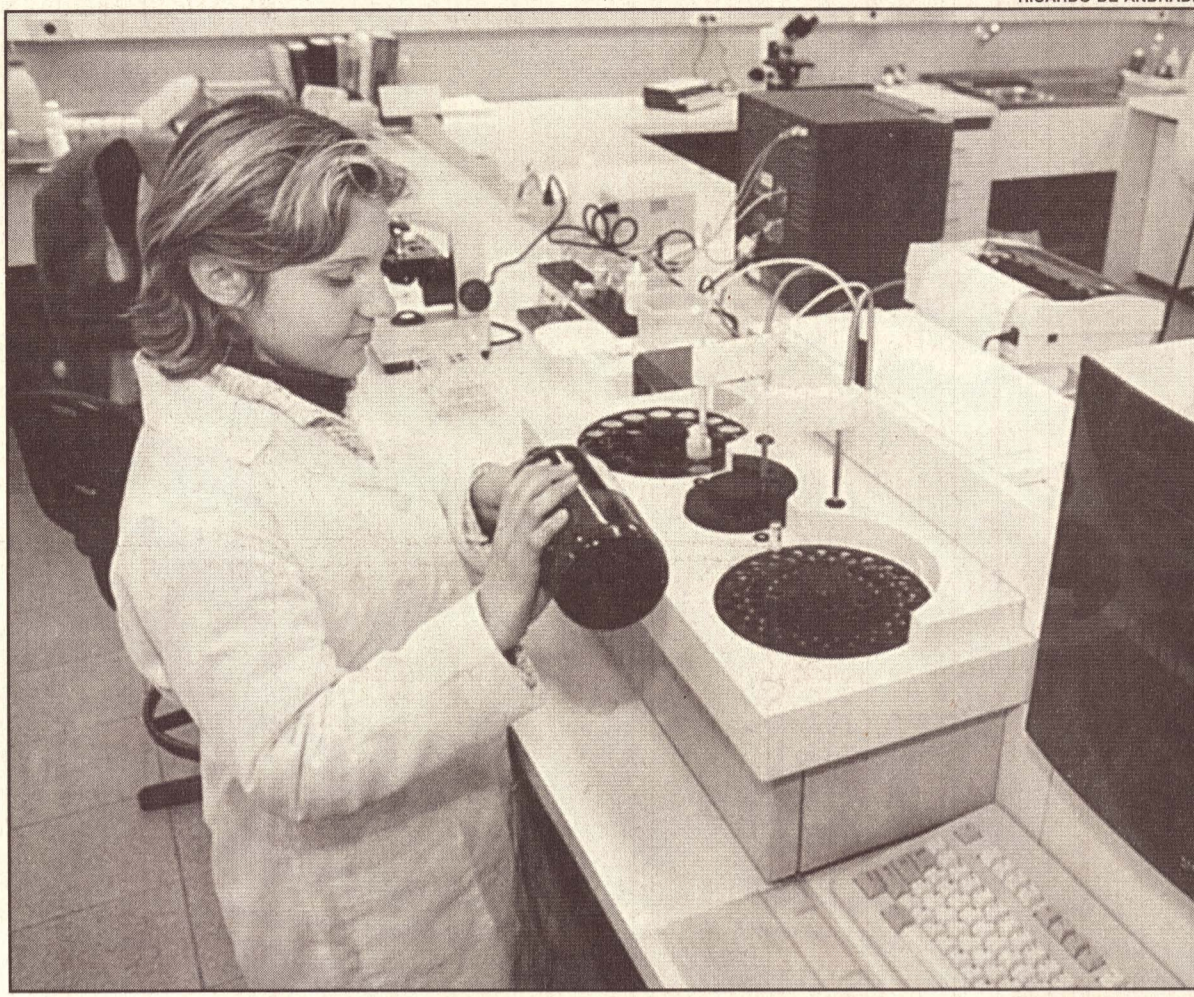
Verba que foi liberada é quase a metade que havia sido solicitada

A UFRGS deve receber até o final deste ano R\$ 8.150.000,00 para aplicação em obras de melhoria da infra-estrutura da pesquisa. A Universidade está entre as 69 instituições de ensino e pesquisa públicas contempladas com recursos do Fundo de Infra-estrutura (CT-Infra), cuja lista foi liberada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério de Ciência e Tecnologia, no último dia 30 de agosto.

Os valores aprovados sofreram uma defasagem de quase R\$ 7 milhões em relação ao solicitado pela Universidade. A UFRGS encaminhou à Finep projetos de investimentos em infra-estrutura geral, segurança laboral e ambiental para a pesquisa e obras civis que alcançavam o patamar de R\$ 15 milhões, ao qual poderiam concorrer instituições com mais de 800 doutores. No entanto, nenhuma instituição conseguiu recursos nessa faixa máxima. Conforme os resultados divulgados, os comitês de avaliação do CT-Infra destinaram valores globais para cada instituição, sem atribuir parcelas em relação aos projetos específicos propostos. Com isso, as instituições ficaram obrigadas a rever suas prioridades, adequando as necessidades aos recursos aprovados.

Assim, na UFRGS, a decisão é no sentido de atender às infra-estruturas de uso geral, relacionadas à rede de energia elétrica e rede de dados, de cuja precariedade se resente toda a comunidade acadêmica e que representam grandes obstáculos a um maior desenvolvimento, informa a pró-reitora de Planejamento e Administração, Maria Alice Lahorgue.

O segundo conjunto de investimentos a ser feito diz respeito à segurança da pesquisa – proteção radiológica e tratamento de rejeitos biológicos e químicos. Esses investimentos completam empreendimentos já existentes,



Os recursos para a infra-estrutura de pesquisa das instituições serão semestrais

tornando viável o atendimento de toda a universidade e não só de parte de algumas unidades, como ocorre atualmente.

Os recursos permitiriam ainda a complementação de dois prédios: o destinado aos laboratórios das Engenharias Metalúrgica, de Minas e de Materiais e o que abriga o Centro de Biotecnologia e o Departamento de Biofísica (Instituto de Biociências). Por fim, também entra na lista dos projetos a serem implementados com os recursos a serem recebidos, o referente à aquisição de material bibliográfico.

Desse modo, deverão ser reapresentados num próximo edital do CT-Infra, o projeto de construção do prédio de laboratórios para a Engenharia Química, a complementação do Instituto de Biociências e a construção de um novo biotério, que faziam parte do pedido original. Os recursos liberados não são suficientes para abarcar essas obras.

Até outubro a UFRGS deve realizar o detalhamento dos projetos a serem implementados. Espera-se que antes do final do ano seja as-

sinado o convênio entre a Finep e a Fundação de Apoio da Universidade (Faurgs), que será a gestora dos recursos, conforme estabelecido no edital do CT-Infra/Institucional Finep 01/2001. Assim, já no início do próximo ano, as ações poderão ser desenvolvidas. O prazo de aplicação é de dois anos.

ENERGIA ELÉTRICA

A UFRGS prepara-se para disputar recursos do recém-lançado edital CT-Infra/Finep 02/2001, destinado a implementação de projetos de uso racional de energia elétrica e adoção de fontes alternativas de energia nas instituições públicas de ensino superior e pesquisa. Serão colocados à disposição recursos no valor de R\$31,5 milhões para a seleção de 30 projetos. “Isso significa que a competição para esses recursos vai ser muito mais acirrada”, observa a pró-reitora de Planejamento e Administração da UFRGS, já que 30% desses valores estão automaticamente garantidos para instituições do Nordeste, Norte e Centro-oeste. Todas as instituições públicas de ensino superior e de pesquisa do Sul e Sudeste

concorrerão entre si pelo restante.

Na UFRGS, o consumo de energia elétrica é responsável por mais de 20% do orçamento de custeio, mantido com recursos do Tesouro Nacional. Por essa razão, a Universidade deverá propor a implantação de projetos que reduzam essa despesa.

Ao apresentar os resultados do primeiro edital do CT-Infra, o Ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, anunciou também que os recursos para a infra-estrutura de pesquisa das instituições serão semestrais. Isso permitirá que instituições não contempladas preparem-se para concorrer a novos editais a cada semestre. O CT-Infra é um fundo formado por 20% dos recursos de todos os fundos setoriais, gerido por um comitê interministerial. O primeiro edital disponibilizou R\$ 150 milhões para recuperação da infra-estrutura física em instituições públicas de ensino e pesquisa. Conforme o edital, 80% dos recursos foram destinados a instituições federais. Houve uma reserva de 30% para as instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. (AROK)

Resultado do edital CT-INFRA/INSTITUCIONAL FINEP-01/2001

Projetos Aprovados

Região Sul/Sudeste – instituições federais:	R\$
Universidade Federal do Rio de Janeiro	12.260.000,00
Universidade Federal de Minas Gerais	9.130.000,00
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8.150.000,00
Universidade Federal de Santa Catarina	5.800.000,00
Universidade Federal de São Paulo	5.220.000,00
Fundação Oswaldo Cruz	5.100.000,00
Universidade Federal de Viçosa	4.700.000,00
Universidade Federal do Paraná	4.540.000,00
Universidade Federal de Santa Maria	2.550.000,00
Fundação Universidade Federal de São Carlos	2.470.000,00
Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron	2.400.000,00
Universidade Federal de Lavras	2.010.000,00
Universidade Federal de Juiz de Fora	2.000.000,00
Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	1.800.000,00
Universidade Federal Fluminense	1.720.000,00
Centro Técnico Aeroespacial	1.500.000,00
Fundação Universidade Federal de Rio Grande	1.360.000,00
Fundação Universidade Federal de Pelotas	1.350.000,00
Universidade do Rio de Janeiro	1.300.000,00
Universidade Federal de Uberlândia	1.295.000,00
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1.270.000,00
Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	1.025.000,00
Universidade Federal do Espírito Santo	900.000,00
Instituto Nacional de Tecnologia	850.000,00
Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	800.000,00
Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	750.000,00
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	635.000,00
Laboratório Nacional de Computação Científica	635.000,00
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	480.000,00
VALOR TOTAL	84.000.000,00

Região Sul/Sudeste – instituições não-federais:	R\$
Universidade de São Paulo	3.996.100,00
Universidade Estadual de Campinas	3.750.000,00
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	3.410.000,00
Universidade do Estado de Santa Catarina	1.329.347,00
Instituto Butantan	1.152.297,00
Instituto Agrônomico de Campinas	1.008.390,00
Fundação Universidade Estadual de Maringá	1.000.000,00
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	976.346,00
Universidade Estadual do Norte Fluminense	830.000,00
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	696.093,00
Faculdade de Engenharia Química de Lorena	576.077,00
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais/ Centro Tecnológico Sul de Minas	505.600,00
Instituto de Tecnologia de Alimentos (SP)	492.200,00
Instituto Agrônomico do Paraná	482.150,00
Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (RS)	467.700,00
Universidade Estadual do Centro-oeste (PR)	327.700,00
VALOR TOTAL	21.000.000,00

Região Norte/Nordeste/Centro-oeste – instituições federais:	R\$
Universidade Federal de Pernambuco	6.790.643,00
Fundação Universidade de Brasília	5.974.168,00
Universidade Federal da Bahia	3.935.292,00
Universidade Federal do Ceará	3.838.485,00
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	3.500.000,00
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2.169.869,00
Universidade Federal do Pará	1.969.329,00
Universidade Federal da Paraíba	1.500.096,00
Universidade Federal de Mato Grosso	1.497.203,00
Universidade Federal Rural de Pernambuco	1.482.632,00
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	1.400.000,00
Universidade Federal de Sergipe	1.332.639,00
Fundação Universidade do Amazonas	1.300.000,00
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1.272.500,00
Universidade Federal de Alagoas	1.200.000,00
Universidade Federal de Goiás	1.024.908,00
Museu Paraense Emílio Goeldi	690.224,00
Centro de Pesquisas do Cacau	466.542,00
Escola Superior de Agricultura de Mossoró	451.470,00
Universidade Federal de Roraima	450.000,00
VALOR TOTAL	42.246.000,00

Região Norte/Nordeste/Centro-oeste – instituições não-federais:	R\$
Universidade Estadual de Feira de Santana	1.000.000,00
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	822.096,00
Centro de Pesquisa em Medicina Tropical	649.677,00
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	282.227,00
VALOR TOTAL	2.754.000,00

UFRGS estuda convênio com a Universidade do Texas

A UFRGS está ultimando um convênio com uma das maiores universidades públicas dos Estados Unidos – a Universidade do Texas, em Austin. Os entendimentos foram iniciados em agosto, aproveitando a visita à UFRGS de um grupo de professores dessa universidade, para atividades acadêmicas junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito. A proposta de convênio foi encaminhada durante encontro da reitora Wraná Panizzi com o diretor do Instituto de Estudos Latino-americanos (ILAS) da Universidade do Texas-Austin, professor Nicolas Schumway – que estava acompanhado do diretor da Faculdade de Direito da UT, William Powers, e da coordenadora do Mestrado em Direito Latino-americano da UT, Patrícia Hansen.

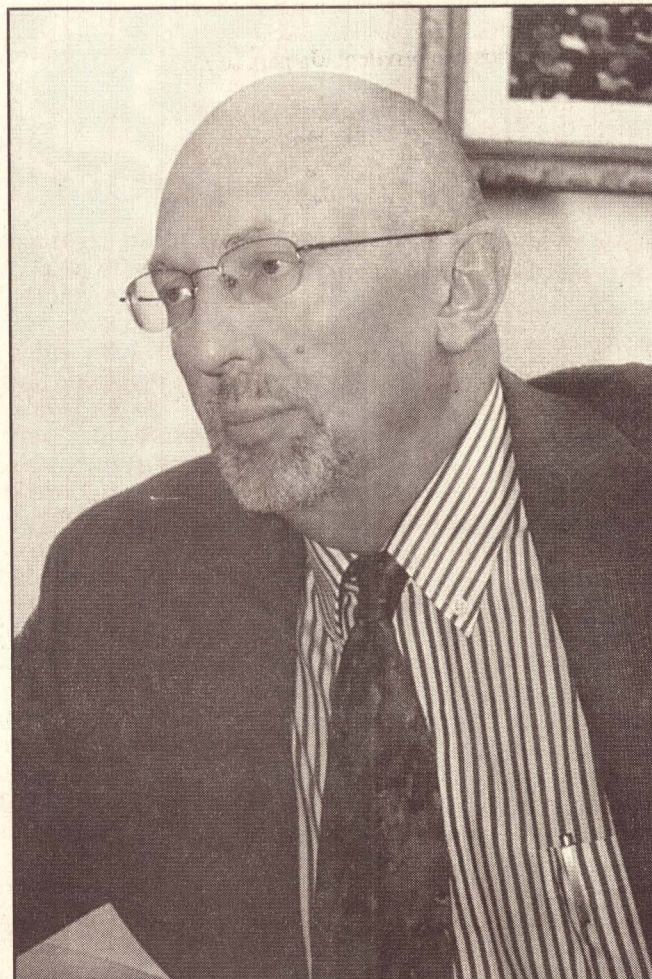
Schumway, Powers e Hansen e mais cinco professores da UT ministraram nos dias 20 e 21 de agosto, na Faculdade de Direito da UFRGS, o curso intensivo *Introdução ao Direito Norte-americano*. Atualmente, a Faculdade de Direito da UFRGS e o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, já mantêm contatos com a Universidade do

Texas-Austin. “A expectativa é de que essa inserção internacional possibilite muitos frutos acadêmicos e científicos”, disse a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, professora Cláudia Lima Marques. “Pretendemos desenvolver um projeto de pesquisa conjunto que já foi apresentado à Capes/MEC e iniciar o intercâmbio de estudantes. Já temos um doutorando e uma mestranda na Universidade do Texas”, comentou Cláudia. Através do convênio, serão ampliadas as possibilidades de participação de outros órgãos e unidades da UFRGS no intercâmbio.

O diretor do ILAS manifestou o grande interesse da Universidade do Texas em fomentar contatos com o Brasil e com a UFRGS, especialmente. Falando fluentemente o português, idioma que estuda há cerca de três anos, Nicolas Schumway afirmou que a idéia é manter programas de intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores, criando uma comunidade de interesse entre os dois países, e mais especificamente entre o Rio Grande do Sul e Texas. Ele viu nos dois estados muitas semelhanças, em razão de sua vocação agropastoril, história e paisagem e disse sentir-se “como em casa”, aqui.

A Universidade do Texas-Austin mantém o Instituto de Estudos Latino-americanos, um dos mais importantes nesse campo, nos Estados Unidos. Abriga o *Brazil Center*, instituído há cerca de cinco anos, com 28 especialistas em estudos brasileiros – antropólogos, cientistas políticos, linguistas e historiadores – e uma biblioteca com expressivo acervo de documentos sobre o País. Segundo Schumway, a importância da biblioteca é atestada pelo número de estudiosos brasileiros que acorrem ao centro para consultar a bibliografia existente.

No curso *Introdução ao Direito Norte-americano*, Schumway falou sobre o contexto sócio-cultural que deu origem ao sistema legal norte-americano. Na sua abordagem, dois elementos foram impor-



Nicolas Schumway

tantes para constituição de um sistema diferenciado como o existente nos Estados Unidos: o fato de ser um país de vastas regiões e de não ter tido, em sua história, um centro político e econômico. “Nos Estados Unidos, o sistema federal era uma coisa quase inevitável”, comentou.

Outros aspectos culturais que diferenciam o sistema legal norte-americano estão na concepção do indivíduo como portador de direitos e inclusive de direitos para negociar com o próprio Estado. “O federalismo também funciona no âmbito da experiência individual, em relação aos estados e ao governo federal. Sempre trata da possibilidade de negociações. O sistema legal existe para criar um espaço onde essas negociações possam ter lugar”, disse Schumway.

O curso abordou ainda temas relativos ao direito do consumidor, direito ambiental, direito de família, processo civil, bioética, contratos, direito constitucional, direito criminal, ações coletivas e responsabilidade civil, na perspectiva legal norte-americana. Participaram como convidados especiais no curso, os professores brasileiros Antonio Herman Benjamin, que leciona na UT, e Guido Soares, da USP. (AROK)

O império ferido e sua (des)ordem global

PAULO FAGUNDES VIZENTINI
Professor de História, coordenador do Núcleo de Relações Internacionais do ILEA-UFRGS.

A tragédia americana de 11 de setembro representa um divisor de águas na Ordem Mundial. Pela primeira vez o território americano foi atingido, justamente em seus maiores símbolos econômico-financeiro e militar. Este fato impactante, que a racionalidade lógica tarda a assimilar, demonstrou a fragilidade do mundo globalizado pós-Guerra Fria, e gerou uma percepção de insegurança nas elites dirigentes de todos os países. Trata-se de um acontecimento da mesma magnitude da queda do Muro de Berlim.

OS EUA E O MUNDO PÓS-GUERRA

Com o colapso do bloco soviético, Fukuyama anunciou o fim da História, Bush pai proclamou o advento de uma *Nova Ordem Mundial de paz, democracia e prosperidade*, e teve início uma era pós-moderna de globalização e neoliberalismo, apresentada como panaceia universal. Mas o fim da Guerra Fria também privou Washington de um inimigo definido, que negociava os conflitos localizados, o que desequilibra um país que se construiu por oposição ao outro. Antigos aliados, entre os quais os fundamentalistas que a CIA armou contra os soviéticos, foram abandonados e acabaram se voltando contra os EUA.

Certamente isto teria consequências político-militares, expressas de forma irracional, na medida em que desapareceu a anterior estrutura internacional que permitia um equilíbrio entre potências, bem como a ação política de viés moderno. Daí o emprego de métodos terroristas numa escala sem precedentes. Ninguém, em nenhuma parte do mundo, está mais a salvo.

Há uma década, escrevi, com Luís Dario Ribeiro, contra a lógica então vigente, que o fim da Guerra Fria e o triunfo do neoliberalismo agravariam desigualdades e tensões sociais abafadas pelo jogo internacional. Com o fim do consenso interno, seriam buscados inimigos novos, reais ou forjados, como o “combate ao terrorismo, aos fundamentalismos religiosos não-cristãos e ao narcotráfico, (numa) estratégia que apenas esmaga os problemas, reduzidos à pura expressão militar, e não traz uma única solução de longo prazo” (*A grande crise, Vozes, 1992*).

HISTERIA MUDIÁTICA E CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Este quadro foi construindo no imaginário americano um “choque de civilizações”, expresso no livro homônimo de Samuel Huntington. A conjunção da civilização confuciana com a islâmica seria, segundo ele, a maior ameaça ao Ocidente, cuja instituição unificadora é representada pela OTAN. A cinematografia americana contribuiu para isto, esteriotipando os árabes como terroristas, os latino-americanos como traficantes internacionais e os asiáticos como novos ditadores. Acrescente-se o ressentimento gerado pelas arrogantes ações militares dos EUA, e está produzido o choque de civilizações.

O estabelecimento de uma espécie de “síndrome do declínio do Império Romano” se instalou nos EUA, como se depreende do livro conceitualmente confuso e racista de Huntington. A estagnação demográfica do Primeiro Mundo produziu migrações do Sul para o Norte, após cinco séculos de expansão europeia. Os imigrantes, necessários à economia dos países industrializados, geram desconfiança entre seus cidadãos, produzindo racismo e xenofobia.

Com a justificada comoção gerada pelo brutal atentado, a mídia e as perplexas autoridades americanas adotaram o discurso mais fácil, acusando antes de ter provas,

numa atitude irresponsável. A onda de histeria popular exige retaliação contra os supostos criminosos, o que dificultará a busca de uma solução duradoura. Após a falha da CIA e do FBI (afinal, a operação foi interna), apresentam-se evidências pífias que beiram o ridículo estereotipado, para mero consumo da opinião nacional. Elas, contudo, fornecem indícios para os iniciados de que a trama é muito mais complexa, e as ramificações profundas.

CONEXÕES TERRORISTAS: EXTERNAS OU INTERNAS?

Insiste-se numa conexão terrorista externa. Mas quando um terrorista norte-americano louro e de olhos azuis realizou o atentado de Oklahoma, imediatamente cidadãos de origem árabe passaram a ser vistos com desconfiança e mesmo perseguidos, até que as investigações chegaram à extrema-direita americana e ao recém executado Mac Veigh. Ele, aliás, preferiu morrer a delatar seus companheiros, que poderiam o estar vingando agora. O fundamentalismo também está incrustado na sociedade americana, com milícias e seitas fanáticas que resistem à bala ao FBI e promovem suicídios coletivos, entre outros.

A hipótese de que o ataque seja obra da extrema-direita norte-americana é bastante plausível. Uma extrema-direita anti-globalização, anti-semita, e em guerra com o Estado americano. Nesta hipótese, estaríamos entrando numa dimensão cuja irracionalidade pode ser medida pelo absurdo do atentado de Oklahoma. O tipo de atentado assemelha-se mais à ação destes, do que a de grupos islâmicos. Obviamente estes desejam perpetrar atentados desta magnitude, mas talvez falte-lhes a logística suficiente. Duros por fora, os EUA estariam frágeis por dentro, enfrentando um inimigo que tem conexões em vários escalões da vida política, econômico-social e militar americana, muito mais eficazes do que a dos extremistas islâmicos (ou talvez associados a eles).

UMA GUERRA CIVIL TRANSNACIONAL

No plano imediato, os Estados Unidos encontram-se na contingência de retaliar militarmente. Serão tentados a aproveitar a situação para acertar as contas com alguns inimigos, deixando para depois o ônus da prova, o que é grave, considerando-se o despreparo e as divisões internas do governo Bush. Contudo, os líderes das demais potências pediram moderação e, provavelmente, não avaliarão qualquer medida intempestiva. De qualquer maneira, não haverá uma III Guerra Mundial, muito menos nuclear, e a retaliação pode representar um golpe no vazio.

Contudo, no plano imediato, a crise será explorada como forma de militarizar as relações internacionais ainda mais, bem como a vida civil americana. A histeria, de contornos paranóicos, racistas e xenófobos já é uma consequência. As vítimas são principalmente os árabes, asiáticos, africanos e hispânicos. Além disso, a situação criada, com a perturbação dos mercados financeiros que já iam mal, permitirá a adoção legitimada de medidas unilaterais, como forma de manipular a economia mundial.

Ousaria enunciar que o quadro que se esboça é o de uma guerra civil esporádica de dimensões planetárias, em que exército e polícia se confundirão no plano transnacional. Uma guerra não entre o bem e o mal, mas entre a racionalidade moderna e as forças obscurantistas e irracionais, que fazem parte de todas as sociedades contemporâneas (e não apenas do Terceiro Mundo). É preciso rejeitar o maniqueísmo simplificador, condenar o terrorismo e desencadear um movimento em defesa da paz e da convivência dos povos, pois o mundo ingressou numa das crises mais graves do último meio século.



O ataque ao Pentágono demonstrou a fragilidade do mundo globalizado

A economia política por baixo das ruínas

Os boeings que pulverizaram o World Trade Center e um pedaço do Pentágono podem ter incendiado, e talvez feito explodir, muitas outras coisas. Na opinião do chefe do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Luís Miranda, “a destruição das torres vai afetar o processamento de todos os negócios de importação e exportação vinculados à economia e às empresas norte-americanas”. Miranda acha muito provável que o Brasil tenha dificuldades nesta área. Supõe que terá comprometidas as balanças de pagamento e comercial. Explica que “as pessoas e as empresas numa economia como a brasileira, muito vulnerável às instabilidades em uma relação externa, fazem com que os investimentos migrem para o dólar, buscando se precaver de uma eventual perda que possam ter. Há uma situação de pânico, ou próxima disso, de quem está inserido de uma maneira instável no comércio internacional.” Ao contrário, as economias centrais, que têm uma boa posição comercial em relação aos Estados Unidos, reagem de uma outra maneira, percebendo na economia, na política e na sociedade norte-americanas uma vulnerabilidade que pode comprometer o próprio desempenho econômico e empresarial deste país. Então, a tendência é se desfazer da moeda de uma economia que mostre fragilidade. Esta foi a razão pela qual logo que o World Trade Center desapareceu, o dólar despencou em todo o mundo, mas disparou no Brasil.

Luís Miranda classifica que esses dois comportamentos especulativos com sentidos opostos como “um pouco precipitados”. Diz que podem ser entendidos como “medidas de precaução”. Isso não quer dizer que o dólar tenha uma mudança continuada nas economias endividadas, como a brasileira, ou nas estabilizadas, como as da Europa. A curto prazo ele antevê problemas para a economia norte-americana, com alguma confusão no comércio e uma certa desorganização em todos os fluxos monetários e financeiros. Cita um exemplo: Não se sabe ainda qual o volume dos seguros a serem pagos, cujas informações ficaram totalmente inacessíveis. Consta que só uma dessas empresas que funcionava em uma das torres, perdeu cerca de mil funcionários. Então, faz uma pergunta e apõe um agravante: “Quantas outras seguradoras ruíram com as torres? Mais: ainda para ficar neste terreno, todos os documentos, em papel ou eletrônicos, que atestam a realização de contratos, desapareceram e não mais serão encontrados.” Observa ainda que “normalmente, as cláusulas de seguros não cobrem atos terroristas. Se este ataque for encarado na fria aceitação que lhe é conferida pela imprensa e pelo governo norte-americano, ou seja, a de ato terrorista, não haverá cobertura por parte das empresas seguradoras”. A situação é complexa também por isso. A normalidade do cumprimento dos contratos será, no mínimo, muito questionada, “se é que não se abrirá uma exceção, diante da situação absolutamente inédita”, supõe. Miranda admite que haverá socorro por parte do governo norte-americano. E lembra que este socorro tem uma dimensão política e, evidentemente, humanitária, embora ache que o humanitário sempre é usado, também, como pretexto para ganhos políticos.

Em outras palavras, ele diz que a economia mundial não vai ter maiores abalos. Terá, sim, problemas de curto prazo. Mas nenhuma mudança estrutural pesada. Em um período mais longo ainda, Miranda prevê uma abertura de mercado para sistemas mais eficientes de vigilância aérea, de segurança pessoal, além de modificações legais que permitam levantar certas garantias individuais em nome do controle de condições internas de segurança por parte do Estado. O mundo econômico que girava em torno das torres ruiu em poucas horas, e isto implica numa forte desorganização no mundo dos negócios norte-americanos, com os conseqüentes e inevitáveis reflexos na economia internacional.

Entretanto, no mundo inteiro existe não só um sentimento de solidariedade das pessoas, chocadas com o horror visível mostrado *ad nauseam* desde o dia 11 passado. Também o mundo do capital está absolutamente solidário com os EUA.

Este mundo do capital financeiro, segundo Miranda, tem uma imensa liquidez internacional. Ele antecipa: “Sob os pontos de vista político, de vantagens, de propaganda, é muito provável que haja um esforço de “socorro” a Nova York por capitais financeiros internacionais como resposta ao que houve e como forma de mostrar que os Estados Unidos estão bem articulados e que existe uma rede de interesses poderosos que se sustenta.

Da mesma forma como a destruição entrou para a história, a reconstrução também entrará. Neste aspecto, Miranda observa: “As torres serão reconstruídas. E a recuperação do espaço urbano destruído, desde que foram atingidas, passou a ser um espaço de investimento lucrativo.” E justifica a observação com fatos históricos: “Isto será feito da mesma maneira como os EUA criaram um espaço de recuperação econômica na Europa do pós-Segunda Guerra, através dos seus investimentos internacionais na reconstrução europeia, depois de terem destruído, sem necessidade, várias cidades como Dresden (na Alemanha, onde, em um único bombardeio, mataram 600.000 pessoas com a então inovadora técnica do “tapete de bombas”). Da destruição geraram lucros. Então, a “reconstrução de Nova York” em nome da “solidariedade”, da “união internacional”, da “liberdade”, da “defesa da democracia”, do “Ocidente”, do “Bem” etc., servirá, simplesmente de oportunidade lucrativa.” Para o professor, haverá empresas que, eventualmente, deixarão de existir e setores que ficarão profundamente prejudicados a curto prazo mas, quando George W. Bush diz que as vítimas receberão socorro, não se refere apenas às pessoas físicas. Ele manda um recado, também, às pessoas jurídicas. “Faz parte da lógica. A lógica sinistra e implacável da economia política da guerra e do terror, que tem perfeitamente estabelecidas as formas de gerar lucros da destruição e da morte, a partir da escala mínima necessária para cobrir os custos dos investimentos em “segurança” até a escala máxima permitida pelas condições políticas de cada tempo e lugar.”

Quanto aos temores em relação ao petróleo, Miranda os acha “injustificados” e crê que, nem a oferta comercial, nem os poços produtores, estão ameaçados. Aposta como “tudo vai correr normalmente.” Admite, porém, que haja uma exacerbação de expectativas muito estimulada pelas empresas exportadoras de petróleo, inclusive as norte-americanas, que têm o controle nas pontas finais de compra e venda do petróleo árabe. Essas empresas juntam os seus interesses com os dos produtores. Mas, sentença: “Isto de dizer que haverá especulação, instabilidade no fornecimento, falta de petróleo... é bobagem. Não vai acontecer nada.” A seguir, constata: “O problema do Bush é outro: é a expansão de um poderio político nos países islâmicos que confronta com os interesses norte-americanos nesses mesmos países. E quais são os interesses norte-americanos nos países islâmicos? Evidentemente, são as reservas estratégicas que ainda são, tecnicamente, propriedade desses próprios países.”

Luís Miranda, então, comenta: “A rigor, a expressão *interesses norte-americanos nos países islâmicos* é, no mínimo, inadequada. É como se alguém dissesse que tem interesse na mulher do vizinho”. Os produtores vão continuar vendendo para o mundo. Ter o controle da boca do poço é uma concepção estratégica que, necessariamente, não corresponde à verdade. Comparando, diz: “Esta concepção estratégica norte-americana contrasta com a concepção de outra potência: o Japão, por exemplo. O Japão é totalmente dependente, e em grau muito maior, do fornecimento externo de energia. Entretanto, não tem nenhuma deficiência energética porque opera suas políticas externa e comercial dentro dos padrões éticos e normais do comércio internacional. Já os EUA têm reservas próprias e acesso imediato ao petróleo mexicano e da América do Sul sem nenhum problema. Por isso, Luís Miranda classifica a concepção estratégica norte-americana como “equivocada” e “forçada”, pois a julga “usada para legitimar o seu próprio ímpeto armamentista e predador.” (Clovis Ott)

ATUALIDADE

Região Sul lança propostas para Conferência Nacional de Ciência

● ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF
Jornalista

Regionalização e integração de políticas e ações, criação de mecanismos para orientar o investimento em ciência e tecnologia estão entre as principais reivindicações do RS, SC e PR

Representantes institucionais da comunidade científica, dos órgãos de governo e da sociedade dos três estados do Sul definiram, em reunião realizada nos dias 16 e 17 de agosto, em Santa Catarina, as propostas da Região Sul para a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizado de 18 a 21 deste mês, em Brasília.

As contribuições contidas na *Carta de Florianópolis*, votada por um plenário de 150 participantes e assinada pelos secretários de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, reivindicam, em síntese: a regionalização das ações de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; a criação de mecanismos de desenvolvimento regional para orientar investimentos na área; a estruturação de redes de difusão tecnológica e de transferência de conhecimento; a instituição de um observatório nacional de políticas urbanas de investimento para avaliar a qualidade de vida nas cidades; novos instrumentos legais para o apoio da ciência, tecnologia e inovação; e a integração de esforços regionais para acelerar a formação de recursos humanos no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Cinco grandes eixos de discussão delimitaram o debate: Avanço do Conhecimento; Qualidade de Vida; Desenvolvimento Econômico; Desafios Estratégicos; e Desafio Institucional. Esses temas correspondem aos capítulos integrantes do Livro Verde (*Ciência, Tecnologia e Inovação - Desafio para a sociedade brasileira*), publicado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em julho, para orientar as reuniões preparatórias, em todo o Brasil. Os participantes dividiram-se em grupos para abordar cada tema específico. As conclusões da Conferência Nacional serão utilizadas para a elaboração do Livro Branco, que apontará as linhas gerais, prioridades e ações para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, no Brasil, nos próximos dez anos.

A conferência regional mostrou que uma proposta dessa natureza exige uma capacidade de diálogo muito grande, que, até certo ponto, tanto a comunidade científica quanto os outros atores não estão acostumados a exercer, observa o pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, professor Carlos Alexandre Netto. Isso se refletiu, na sua opinião, na mobilização não muito expressiva registrada no encontro. Outro aspecto das dificuldades – que Carlos Alexandre atribui à pressa em cumprir os debates preparatórios – foi o fato de que para muitos participantes do encontro de Florianópolis, aquela era a primeira discussão da qual participavam, quando a expectativa era de que lá fosse ocorrer um debate já amadurecido.

LACUNAS

Em consequência da falta de um incentivo para maior organização anterior dos participantes, alguns temas não foram tratados em sua amplitude, segundo análise da secretária de Desenvolvimento Tecnológico e pró-reitora de Planejamento e Administração da UFRGS, Maria Alice Lahorgue. Ela menciona lacunas em relação ao tema Desafios Institucionais, que não incluiu o debate sobre a atualização da legislação de incentivos fiscais para universidades e instituições de pesquisa – isenção de impostos de importação para compra de equipamentos destinados à pesquisa (Lei 8.010/90). Entraram no documento final aspectos da legislação correspondente que beneficia as empresas (Lei 8661/93), cuja revitalização foi reivindicada pela Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei), através de proposta encaminhada ao encontro. Ainda na questão institucional, assinala a pró-reitora, deixou de ser abordada a revisão da legislação das fundações de apoio às universidades federais (Lei 8.958/94).

Em relação ao financiamento, outros pontos não entraram na discussão, diz Maria Alice. “Falamos da necessidade de um observatório para orientar o esforço da pesquisa, mas está claro que só a pesquisa aplicada não é suficiente para fazer avançar a ciência no País. Como vai se financiar a pesquisa básica? Como garantir que as fundações de pesquisa recebam os percentuais de dotação orçamentária previstos nas constituições estaduais? Essas coisas ficaram no limbo”, constata.



Otimista, Carlos Alexandre Netto prevê uma boa participação da comunidade científica e dos atores do desenvolvimento tecnológico na Conferência Nacional, em Brasília, “principalmente porque boa parte da comunidade científica já está familiarizada com as questões, por sua atuação nos diversos fóruns e nas agências de desenvolvimento tecnológico”. Ele reconhece, no entanto, que o contato entre os cientistas e os atores do desenvolvimento tecnológico e da inovação ainda não é o ideal.

No Rio Grande do Sul uma reunião preliminar ao encontro de Florianópolis foi chamada, no dia 10 de agosto, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, pelo Fórum de Pró-reitores de Pesquisa do RS, pela regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do RS (Fapergs). Cerca de 70 pessoas participaram do encontro para articular as propostas do Estado.

A delegação da UFRGS na conferência da regional Sul foi integrada pelos pró-reitores de Pesquisa e de Planejamento e Administração, Carlos Alexandre Netto e Maria Alice Lahorgue; pela diretora do Escritório de Interação e Transferência Tecnológica da UFRGS,

Elisabeth Ritter dos Santos; pelo assessor especial da Pró-reitoria de Planejamento e Administração, Carlos Fernando Costa; pelo professor Milton Formoso, da Academia Brasileira de Ciências; pela professora Vera Gaiski, do Instituto de Biociências da UFRGS; e pelo professor Benamy Turkienicz, pelo Projeto Porto Alegre Tecnópole. O sistema estadual de ciência e tecnologia foi representado pelo secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Renato Oliveira; pelo coordenador de Projetos Especiais da Secretaria, Silvio Arend; pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do RS, Sérgio Bampi, e pelo diretor da Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado, Odilon Marcuzzo do Canto.

Embora sem representar posições oficiais da Universidade, nos painéis da reunião de Florianópolis foram apresentados três trabalhos coordenados por professores da UFRGS: no tema Avanço do Conhecimento, o projeto *Soluções em Multimídia e Educação a Distância*, de Fernando Schnaid; no tema Desenvolvimento Econômico, o projeto *Porto Alegre Tecnópole: uma Estratégia para o Desenvolvimento Tecnológico Regional*, da secretária de Desenvolvimento Tecnológico, Maria Alice Lahorgue;

e no tema Desafio Institucional, o projeto *A Gestão da Introdução de Inovações: o Caso do Projeto Tecnópole a Domicílio*, também da professora Maria Alice Lahorgue.

TEMAS

A busca de ações integradas na região foi assunto recorrente no encontro regional Sul, em Florianópolis. No tema Avanço do Conhecimento, foi ressaltado o débito educacional brasileiro, especialmente no ensino médio e profissionalizante, a necessidade de formação de recursos humanos vocacionados para a região e a possibilidade de melhorar a situação através da educação a distância. Concluiu-se também que as instituições regionais, de modo integrado, podem formar pós-graduados voltados para a problemática regional.

A área social foi o foco das discussões do tema Qualidade de Vida, salientando-se proposições relacionadas com políticas urbanas de investimento e formação de recursos humanos para gestão urbana. Em relação ao meio rural, outras propostas enfatizam a agregação de valor aos resíduos gerados na pequena propriedade rural e a criação de projetos de aquicultura. No âmbito da saúde, foi sugerida a intensificação da pesquisa de novas substâncias terapêuticamente ativas, de origem animal, vegetal, sintética e biotecnológica. O mesmo foi indicado quanto aos transgênicos, para verificar sua interação em relação ao meio-ambiente e conseqüências quanto à saúde e qualidade alimentar.

No tema Desafios Estratégicos, destacou-se a necessidade de consolidação das redes de ciência e tecnologia na região Sul, a inclusão da Mata Atlântica entre as prioridades de pesquisa, assim como o desenvolvimento e aplicação de políticas de gestão de recursos naturais relevantes.

Dentre os assuntos discutidos no tema Desafio Institucional, foi ressaltada a necessidade de um novo marco de instrumentos legais para o apoio da ciência, tecnologia e inovação, com revitalização dos mecanismos fiscais que apoiam as empresas. Também reivindicou-se apoio creditício oficial para empresas inovadoras de base tecnológica. Propôs-se a criação de uma agência de tecnologia, para regular políticas estratégicas e zelar pelo seu cumprimento, assim como mecanismos de articulação continuada entre agências, ministérios e secretarias. Igualmente, foi defendida a regionalização das ações de fomento do Ministério de Ciência e Tecnologia, utilizando diagnósticos e parcerias já existentes no âmbito regional e estadual.

No tema desenvolvimento econômico, deu-se especial ênfase à criação de mecanismos de desenvolvimento regional para orientar investimentos em ciência, tecnologia e inovação, como também a políticas públicas de apoio a investimentos diretos em pesquisa e desenvolvimento e à difusão tecnológica, para modernização do setor produtivo.

Documento síntese da reunião Regional Sul Preparatória à Conferência Nacional C&T

Proposições:

1. Regionalizar as ações de fomento do MCT e combiná-las com a ação de outros ministérios, em especial do MEC, de modo a utilizar as estratégias e parcerias já estabelecidas no nível regional e estadual. Propõe-se que tal articulação busque desconcentrar nacional e regionalmente o apoio financeiro concedido para o desenvolvimento científico e tecnológico e o fomento a inovação.

2. Disseminar e promover o uso de CT&I na sociedade, na educação e nos meios de comunicação em geral, evidenciando à sociedade (crianças, jovens e adultos) a importância da CT&I, auxiliando a compreensão básica e o uso de conceitos e tecnologias importantes para o trabalho e a vida cotidiana.

3. Aumentar o acesso à educação em todos os níveis, utilizando em especial o acesso ao conhecimento e informação por meio da educação a distância. Eliminar as barreiras burocráticas que impedem a ampliação da oferta de oportunidades de educação a distância, especialmente em nível de graduação e pós-graduação, pelas instituições de ensino superior brasileiras.

4. Incentivar a disseminação da cultura e da prática da pesquisa nas disciplinas curriculares nos cursos de graduação e ampliar os programas de iniciação científica.

5. Implantar metodologias e novos indicadores que permitam diagnosticar e monitorar os diferentes aspectos relacionados a qualidade de vida, de forma a orientar iniciativas locais, municipais e estaduais ligadas a estas questões, facilitando a elaboração de projetos estratégicos referentes a qualidade de vida por estas instâncias governamentais.

6. Viabilizar a gestão sustentável dos recursos naturais com base no atual avanço científico e tecnológico. Particularmente, para a região sul, deve ser realçado o ecossistema Mata Atlântica e as reservas hídricas do aquífero Guarani.

7. Consolidar um sistema nacional voltado ao monitoramento, modelagem, previsão e desenvolvimento de aplicação nas áreas de meteorologia, hidrologia e climatologia.

8. Apoiar a criação de mecanismos de transferência para a sociedade de conhecimento (inovação) desenvolvidos nas instituições de C&T, em particular, rever o processo de avaliação da produção acadêmica e valorizar a pesquisa aplicada e obtenção de patentes. Aproveitando os “ativos” científico-tecnológicos existentes em Universidades, Escolas Técnicas e Institutos de Pesquisa.

9. Privilegiar a criação de mecanismos de desenvolvimento regional, como instrumentos de orientação dos investimentos em C,T&I.

10. Criar sistemas de informações em C,T&I que apresentem as competências nacionais e observatórios regionais prospectivos, como mecanismos permanentes para identificação de oportunidades e necessidades científico-tecnológicas do setor produtivo (voltados, em especial, para a exportação) e da sociedade como um todo, inclusive relativos a qualidade de vida, visando a facilitar e priorizar temas de relevância regional.

11. Criar Centros de Excelência em Inovação e Gestão de Tecnologia e distribuí-los pelas regiões do Estado.

12. Estruturar e apoiar redes de difusão, com a participação das Universidades e Ins-

tuições de Pesquisa e outros atores envolvidos em C&T, agências de fomento e demandantes de inovações (dentro do entorno da região e da atuação da Universidade).

13. Desenvolver a pesquisa científica e tecnológica nas áreas de saúde, alimentos e nutrição, com foco em especial na agricultura orgânica na pequena propriedade, controle biológico, biotecnologia e certificação de produtos e cadeias envolvidas.

14. Apoiar o desenvolvimento da capacidade inovadora das empresas e estimular o desenvolvimento de arranjos produtivos montados em bases regionais sustentadas por plataformas de inovação, bem como a oferta de capital de risco.

15. Consolidar o setor das Tecnologias da Informação e Comunicação através de um modelo Classe Mundial que fortaleça os ativos de inovação tecnológica.

16. Desenvolver e disseminar tecnologias de aproveitamento de materiais altamente descartados.

17. Rever o arcabouço legal para permitir a revitalização dos mecanismos fiscais que apoiam a inovação nas empresas, e facilitar a mobilidade e a flexibilização do trabalho de criação científica, oportunizando mecanismos de compartilhamento Estado/Sociedade de risco associados a P&D. Em particular, reformular a lei 8661/93, regulamentar os Fundos Setoriais de forma a privilegiar projetos que, efetivamente, garantam a transformação em parceria com estados e municípios de conhecimento em desenvolvimento sustentável.

18. Estabelecer normas institucionais de proteção à propriedade intelectual no âmbito das instituições de ensino superior e pesquisa.

Convênios com universidades podem levar a um novo modelo de polícia

● **ADEMAR VARGAS DE FREITAS**
Jornalista

A marca da violência persiste na cultura profissional dos policiais, mas o debate e a pesquisa podem mudar esse quadro, diz diretor do IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

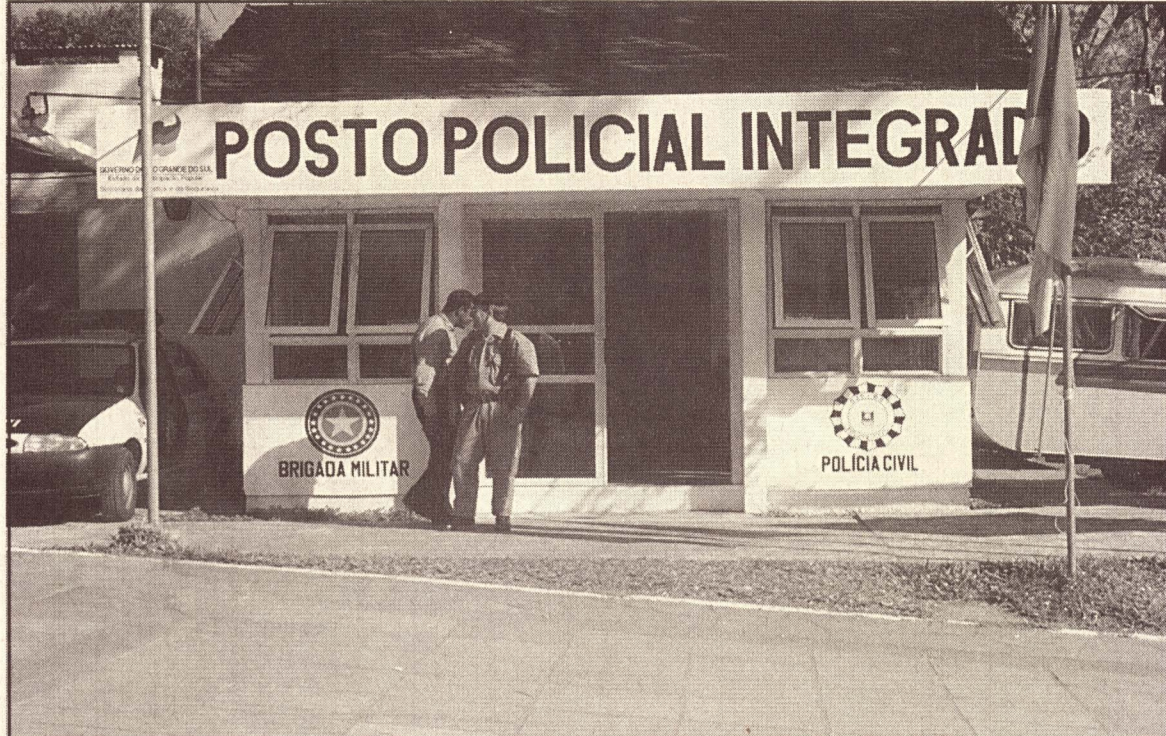
A discussão de novos modelos de polícia é fundamental para a democracia brasileira, e a sociedade precisa definir o que deseja para seu futuro, afirma o diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, professor José Vicente Tavares dos Santos. Para isso, deve continuar com os convênios entre polícias e universidades e incentivar discussões como as que ocorreram durante o seminário nacional "O Papel das Universidades na Construção de Novos Modelos de Polícia", realizado nos dias 23 e 34 de agosto, no auditório do Hotel Embaixador, em Porto Alegre.

Esse encontro - a cuja abertura esteve presente a reitora Wlana Maria Panizzi - é resultado da colaboração de 14 universidades brasileiras, públicas e privadas, principalmente as públicas federais, com polícias militares e também com polícias civis de 14 estados brasileiros. De acordo com o professor Tavares, um marco dessa colaboração foi o convênio que a Fundação João Pinheiro e a Universidade Federal de Minas Gerais firmaram com a Polícia Militar de Minas Gerais no final da década de 80. Mas também houve experiências interessantes em diversos estados, como no Rio de Janeiro, no Ceará e no Espírito Santo.

Nesse quadro de busca e de construção de novos valores em polícia, o Rio Grande do Sul está muito bem localizado, segundo o professor. A colaboração com a UFRGS começou em 1992, e no ano seguinte já foi promovido o primeiro seminário nacional sobre violência, segurança e cidadania. Ao longo da década de 90, acumularam-se experiências principalmente centradas na formação de altos quadros da polícia militar e, em alguns casos, da polícia civil. Tavares diz que é preciso frisar que os professores da Universidade, em geral, substituíram oficiais do Exército neste parâmetro.

SEMINÁRIO NACIONAL

Participaram do seminário nacional realizado em agosto cerca de 800 pessoas, a maioria poli-



RICARDO DE ANDRADE

A integração dos serviços policiais já está em experiência em diversos estados brasileiros, e até o governo federal tem propostas nesse sentido

ciais de diversos níveis hierárquicos. Elas assistiram às conferências e debates apresentadas por professores universitários, juristas, secretários de segurança e autoridades civis e militares de diversos estados brasileiros.

A conferência de abertura - "Crítica do Direito na Formação dos Policiais" - foi feita pelo jurista e professor da USP Dalmo Dallari, tendo como debatedor o diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, professor José Vicente Tavares dos Santos, com a mediação do procurador geral do Estado do Rio Grande do Sul, Paulo Torelly.

Atuaram na mesa 1, com o tema "A Formação de Policiais para uma Sociedade Democrática", Eduardo Machado, da Universidade Federal da Bahia; Luiz Flávio Sapori, da Fundação João Pinheiro (MG), César Barreira, da Universidade Federal do Ceará; Bernadete Cordeiro, do Ministério da Justiça; Naldson Costa, da Universidade Federal do Mato Grosso; Rubens Lira, da Universidade Federal de Pernambuco; e Laurio Magnago, secretário substituto de Segurança do RS.

Na mesa 2, com o tema "Perspectivas Contemporâneas para a Formação de Policiais", atu-

aram Eugênia Raizler, da Universidade Federal do Espírito Santo; Reginete Bispo, da Secretaria de Justiça e Segurança do RS; Sérgio Adorno, da USP; Delmes Colombo, da Academia de Polícia Civil do RS; e Luiz Goulart Filho, ouvidor da Justiça e da Segurança (RS).

Fizeram parte da mesa 3, com o tema "Modelo de Polícias", Benedito Mariano, ouvidor-geral do município de São Paulo; Paulo Mesquita Neto, da USP; Jorge Zaverucha, da Universidade Federal de Pernambuco; Luiz Antônio Brenner Guimarães, da Brigada Militar (RS); e José Clóvis Azevedo, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Na mesa 4, o tema foi "Democratização das Instituições Policiais: Sistema de Informação e Transparência Social", com Luiz Flávio Sapori (MG); Ignácio Cano, da UERJ; Martin Luís Gomes, SJS/RS; Juan Mariano Fandiño (UFRGS); e Marco Aurélio Pereira SJS/RS.

A mesa 5 teve como tema "Perspectivas para as Polícias Brasileiras", com José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça; José Paulo Bjsol, secretário de Justiça do RS; e Carlos Frederico Guazzelli. Também foram convidados: o juiz de direito Umberto Sudbrack; Luiz Alberto Warat,

da UFSC; Ana Maria Serpa, da UFES; Cláudio Beato; e Julio Alejandro Jélves.

MODELOS EM ASCENSÃO

Dois grandes modelos de polícia estão em crise no mundo, segundo o professor Tavares: o modelo autoritário e o modelo profissional-tecnocrático. O primeiro é pautado pela violência, por atitudes discricionárias, pelo não-respeito aos direitos humanos e à vida. Há denúncias no mundo todo, inclusive nos Estados Unidos. O segundo enfatiza uma polícia com eficiência e profissionalismo, mas voltada apenas para o combate ao crime.

No caso brasileiro - pelo menos no policiamento ostensivo, feito pelas polícias militares - o modelo profissional-tecnocrático está em crise porque 70% do trabalho é sobre conflitos domésticos, conflitos de vizinhança, conflitos na rua, conflitos sociais, e para esse tipo de ocorrência policial não basta um profissional preparado apenas para um rígido trabalho de repulção ao crime.

Mas, nem tudo está perdido. Enquanto alguns modelos entram em crise, outros entram em cena: o modelo de polícia comunitária e do modelo de polícia cidadã, que estão sendo desenvolvidos em diversos países. A polícia comunitária visa à prevenção da criminalidade e à mediação de conflitos. Tanto a polícia ostensiva quanto a polícia civil trabalham num bairro delimitado, onde os policiais são conhecidos dos moradores, dos comerciantes, das igrejas, das escolas, das associações, e têm um trabalho de reuniões com conselhos comunitários.

De acordo com Tavares, o modelo de polícia comunitária já está sendo implementado em cidades dos Estados Unidos, do Canadá, da França, da Espanha e mesmo aqui no Rio Grande do Sul. "É o caso da polícia civil nas cidades de Alegrete e Uruguiana, e da polícia militar em Cruz Alta, Passo Fundo, Caxias do Sul e Porto Alegre (Destacamento Especial do Partenon, Destacamento Especial da Restinga)".

O modelo de polícia cidadã incorpora, por um lado, o profissionalismo técnico - uso adequado de armas de fogo, atuação em situações de grande risco, como seqüestros e assaltos a banco - mas de modo a respeitar a vida, tanto a do policial quanto a do cidadão. E, por outro lado, assume a ideia de que o policial é um mediador de conflitos, e, portanto, um agente do direito de segurança do cidadão e da cidadã.

DALMO DALLARI

"Nem todos são contra o crime"

O jurista Dalmo Dallari, professor da Universidade de São Paulo, fez a palestra de abertura do seminário nacional "O Papel das Universidades na Construção de Novos Modelos de Polícia", na manhã do dia 23 de agosto, no auditório do Hotel Embaixador, em Porto Alegre. Logo após sua intervenção, cumprimentou as autoridades presentes e foi direto para o aeroporto Salgado Filho, onde embarcou de volta a São Paulo. No caminho entre o hotel e o aeroporto, conversou com o repórter Ademar Vargas de Freitas, do Jornal da Universidade.

Dallari destacou a importância que se dá ao direito no Rio Grande do Sul, dizendo que aqui "os conflitos normalmente acabam no judiciário, o que é muito melhor do que acabar num tiroieiro". Disse que a polícia é um órgão da administração pública destinado a dar proteção aos direitos e não a restringi-los; que sua atividade deve ser antes de tudo preventiva; que o policiais precisam conscientizar-se do valor social de seu trabalho e ter treinamento, equipamento, salário justo e reconhecimento do povo.

O jurista também criticou o dito popular que diz que os direitos de cada um terminam onde começam os direitos do outro ("É uma balela, os direitos se interpenetram e se exercitam na convivência") e afirmou que o Brasil não é uma federação, pois é composto por oligarquias, como a dos Cavalcanti, em Pernambuco, e a dos Sarney, no Maranhão. Por fim, Dalmo Dallari chamou atenção para o fato de que existe a violência programada por grupos sociais privilegiados e que, portanto, nem todos são contra o crime.

Jornal da Universidade - Como o senhor vê a situação geral da polícia no Brasil?

Dalmo Dallari - Antes de mais nada, as polícias estão mal orientadas, porque ainda são tratadas como se fossem o braço armado das elites. Além disso, estão mal aparelhadas. E aí há um componente político que é importante lembrar: os dominadores sempre acham que a polícia vai ser usada contra os outros, geralmente contra a população mais pobre. Então, não é importante que seja uma polícia bem orientada e até bem aparelhada. É uma polícia que chega e espanca, bate, reprime. E isso explica, inclusive, os baixos salários dos policiais. É considerado um serviço sujo, de categoria inferior.

JU - Qual seria a polícia ideal?

DD - A polícia ideal seria aquela que tivesse consciência de sua responsabilidade social, de que só deve agir dentro da lei. E, a par disso, bem organizada e bem treinada, mas para agir com a necessária firmeza, sempre respeitando a lei e tendo a consciência de que seu papel é proteger os direitos e não eliminar ou impedir os direitos.

JU - Como se pode encaminhar as coisas para chegar nesse ponto, um dia?

DD - Isso não se faz de um momento para outro, mas é através de seminários como o que está sendo realizado agora. É importante que haja divulgação do seminário, que outras universidades e outras organizações policiais do resto do Brasil saibam daquilo que está sendo feito aqui, para que não fique sendo apenas um evento gaúcho.

JU - Qual é o papel da universidade neste evento?

DD - O papel da universidade é muito importante, porque ela é um espaço livre, um espaço de reflexão e de crítica. Não é um órgão do governo e também não é a favor nem contra a polícia. É um órgão de estudo, reflexão e proposições. Acho que a universidade está numa posição privilegiada para se manifestar sobre o assunto.

JU - Na sua conferência, o senhor falou sobre as oligarquias que dominam grande parte do Brasil. Para dar outro rumo às polícias é preciso primeiro acabar com as oligarquias?

DD - O trabalho deve ser conjunto, porque a oligarquia resiste e não tem interesse na democratização da polícia. Mas, à medida que o povo for tomando consciência, for sendo informado, vai ficando mais difícil manter os privilégios da oligarquia. Então, é um trabalho político-social que deve caminhar paralelamente.

JU - O senhor afirmou também que reclamam que há preocupação com os direitos humanos, mas não se olha o lado das vítimas...

DD - Isso é uma questão importante que tem sido posta com muita frequência. Quando nós falamos a respeito da defesa dos direitos humanos, fomos acusados de defender os direitos humanos dos bandidos, dos criminosos, porque fomos contra a tortura, contra as ações ilegais. E muita gente fala isso, nos acusando de não dar importância às vítimas. Dizem que estamos esquecendo dos direitos humanos das vítimas. Eu tenho respondido que essa crítica é basicamente hipócrita, porque os que fazem a crítica são justamente os que produzem vítimas. São aqueles que, para a proteção de seus privilégios, mantêm situações injustas, mantêm a marginalização, mantêm discriminações, mantêm situações que favorecem a violência e a criminalidade, favorecem a produção de vítimas. O modo verdadeiro, autêntico, honesto de trabalhar pelas vítimas é evitar que elas se tornem vítimas, é trabalhar antes, é a ação pre-

ventiva, é a correção das injustiças. Isso sim. Quem trabalha nisso, trabalha a favor da vítima. Agora, aquele que ajuda a produzir a vítima e depois vai à missa em homenagem à memória da vítima é um grande hipócrita.

JU - O senhor também se referiu à violência programada. O que é isto?

DD - Violência programada é a violência econômico-social que está acontecendo hoje no Brasil. Para cumprir as metas do FMI, há uma produção de desemprego. Isto é um fator de marginalização. E, forçosamente, acaba sendo um fator de violência e criminalidade. Além disso, existe uma exploração da violência e do medo da população por grupos que têm objetivos econômicos. Por exemplo: se essa violência é colocada na imprensa com destaque e constantemente, isso é ótimo para o vendedor de armas. Além disso, esse estímulo à vigilância está sendo ótimo para o vendedor de equipamento de vigilância, como essas câmeras que são colocadas até em banheiros de supermercados, o que é absolutamente inconstitucional. Mas também a colocação de vidros escuros no carro para evitar seqüestro deixam os vendedores de carros e de vidros escuros muito felizes. Para eles é ótimo que haja a violência e o medo. Também é muito importante não esquecer o extraordinário crescimento das organizações de segurança privada no Brasil. Na verdade, são muitos milhões de reais investidos em segurança privada. E, naturalmente, existem os donos das organizações de segurança. E entre esses donos existem muitos policiais. Este é um aspecto que também precisa ser percebido. Para que não haja ingenuidade de pensar que todos são contra a violência, que todos são contra o crime. Não são. Há aqueles que são aproveitadores e querem mais violência, mais criminalidade, porque isso dá mais lucro.

JU - Como o senhor analisa o caso da greve dos policiais militares da Bahia?

DD - O governo da Bahia se mostrou indignado porque os policiais fizeram greve de armas na mão. Mas foi esse mesmo governo que, nas comemorações dos 500 anos mandou a polícia bater nos pataxós, prender os pataxós, destruir o monumento que eles tinham erguido. Se a polícia recebe ordens do governo para agir contra a lei, para cometer violência, está sendo estimulada a indisciplina. Então, por que razão, ou com que lógica, mostrar surpresa se, pouco depois, o policial age fora da lei? Além da questão dos pataxós, neste ano mesmo a polícia da Bahia invadiu a Universidade, porque estudantes e professores estavam protestando pela falta de verbas. Pouco depois, essa mesma polícia faz greve de arma na mão. É a mesma lógica. Então, o governo, na verdade, está estimulando isso.

JU - É desejável a unificação das polícias militar e civil?

DD - A minha tese é que não se deve começar falan-

do em unificação. Porque, especialmente algumas polícias militares do Brasil têm uma tradição muito antiga. Têm os seus valores, os seus costumes, a sua afetividade. Então, o que eu proponho é que se procure a integração das polícias. Isto é, criar organismos em que as polícias trabalhem juntas. Eu sugiro que, na secretarias de segurança pública, exista uma autarquia correspondente à polícia civil e outra correspondente à polícia militar. E que haja um conselho superior das autarquias presidido pelo secretário de segurança. Desta maneira, os representantes de cada polícia estarão em contato constante, farão reuniões, trocarão informações, propostas, vão decidir sobre ações conjuntas, vão dialogar e adquirir o hábito de trabalhar junto, coisa que agora não existe. Desta maneira, será muito mais fácil, mais adiante, falar de uma unificação. Mas é preciso começar pela integração.

JU - O senhor é a favor da desmilitarização das polícias militares?

DD - Sim, eu proponho também a desmilitarização das polícias militares. O principal argumento que se usa a favor do caráter militar é que ele é necessário para a manutenção da disciplina e da hierarquia. Mas o que temos visto - especialmente agora nas greves das polícias militares - é que o fato de ser militar não garante nem a disciplina nem o respeito à hierarquia. O caso da Bahia é exemplar, porque se verificou a máxima indisciplina, inclusive policiais militares fazendo greve, que é proibida pela Constituição, levando suas armas nas manifestações de rua. E não se percebeu a presença da oficialidade, a presença de qualquer comando. Onde é que estava a hierarquia? Simplesmente, não estava. Então, de fato, é uma fantasia dizer que é melhor que a polícia seja militar porque preserva esses dois valores. Além do que, tanto a disciplina quanto a hierarquia estão presentes em todas as organizações, inclusive nas organizações policiais civis. Sempre há a exigência de disciplina e a necessidade de hierarquia. Então, não vejo razão para a manutenção do caráter militar e vejo mesmo uma contradição: a ação de polícia é uma ação de cidadãos para cidadãos, não é de um exército contra inimigos. Então, não se justifica o caráter militar.

JU - Como deveria ser o treinamento do policial?

DD - O treinamento deveria ser, antes de mais nada, a partir da formação de uma mentalidade. Ele deve tomar consciência de que é um instrumento da sociedade destinado a agir em favor dela. Mas que é um garantidor de direitos: ele garante os direitos e as condições para o exercício dos direitos. A partir daí é que se deve pensar no tipo de organização policial, no tipo de treinamento, no tipo de equipamento. E, especialmente no caso de um país como o Brasil, com diferenças regionais tão acentuadas, é preciso pensar também na diferenciação de preparo, segundo as condições locais. Assim, o policial que vai trabalhar numa zona portuária será diferente do policial que vai trabalhar no meio da Amazônia. É preciso levar em conta essas peculiaridades.

"A violência e o medo da população são explorados com objetivos econômicos"

"Quando a polícia recebe ordens para agir contra a lei, está sendo estimulada a indisciplina"

Serviço de Orientação Profissional ajuda estudantes em dúvida sobre a carreira

● **ADEMAR VARGAS DE FREITAS**
Jornalista

Diálogo, colagem, psicodrama, novela de linha, massa de modelar: tudo serve para fazer com que os estudantes dissipem a fantasia e enxerguem a realidade na hora de escolher o curso que vão seguir. É o Serviço de Orientação Profissional da UFRGS, que há dez anos vem ajudando as pessoas a entender sua trajetória

O Serviço de Orientação Profissional (SOP) é um projeto de extensão mantido desde 1991 pelo Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade, do Instituto de Psicologia com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão. E se é pequeno em estrutura física e em pessoal, é grande em estrutura técnica, garante sua coordenadora, a psicóloga e professora Maria Célia Pacheco Lassance: "Somos um serviço super-respeitado, psicólogos do Brasil inteiro vêm fazer estágio aqui, para ver como se trabalha. Nossa qualidade técnica de orientação profissional é inegável. Temos até livros editados pela Editora da Universidade."

Qualquer pessoa pode procurar ajuda nesse serviço: estudantes de



Estudantes de nível médio, vestibulandos e universitários podem procurar o SOP

nível médio, vestibulandos, universitários insatisfeitos com o curso que estão fazendo ou que vão mal e abandonam o curso porque se desentenciam. O SOP orienta, inclusive, profissionais já estabelecidos que sentem necessidade de repensar a profissão ou a empresa. Mas 90% dos que procuram o serviço são pré-vestibulandos.

Nos últimos dois anos, além do atendimento regular, foram criados grupos que trabalham junto a escolas e um plantão durante o período de inscrições para o vestibular. "Como não se pode atender todo mundo, se faz uma certa triagem", diz a psicóloga. E o tempo também é limitado: são 14 horas de trabalho

em grupos de seis a dez pessoas, ao longo de sete semanas. Depois seguem encontros individuais para quem não conseguiu vencer suas dificuldades no espaço do grupo.

"Durante os encontros, vamos avaliando cada um", explica Maria Célia. "No final, 80% têm uma escolha. Eles sabem que toda escolha é temporária, porque a gente trabalha isso ao longo dessas semanas. Mas já pensam no projeto que terão que realizar lá adiante e que estão começando por aqui. Saem com a noção de trajetória."

TRABALHO EM GRUPO

Quando surge uma vaga, se marca hora para a entrevista inicial, que avalia a demanda. "Muitas vezes, eles chegam pedindo testes, mas a gente não trabalha com testes e sim com dinâmica de grupo. Às vezes fazemos um teste projetivo para diagnóstico, mas no processo de orientação não há nenhum tipo de testagem."

Cada um paga o que pode, de zero a R\$ 35,00. O dinheiro arrecadado dá para adquirir o material utilizado pelos orientandos: fichas, cartolina, papel colorido, caneta hidrocor, massa de modelar. E reprodução do material que é distribuído aos participantes.

Maria Célia chama o trabalho desenvolvido pelo SOP de tecnologia de atendimento de orientação profissional. "Usamos processos de dinâmica de grupo que se vêem em cursos, treinamentos, congressos e livros, testamos nos grupos e vamos modificando. Todas as nossas técnicas somos nós que criamos. Desenvolvemos a pesquisa nos próprios grupos."

O grupo permite que ele vivencie situações as quais, muitas vezes, não tem bem consciente. E pode não se dar conta, mas aprende com o outro. Além disso, ele é adolescente e gosta de viver o grupo. E fazem amizades muito bonitas no grupo de orientação.

No grupo, as psicólogas trabalham valores da família, usando técnicas de psicodrama. "Se faz 'reunião de pais' em que os estudantes desempenham o papel de pai e de mãe, sentados numa cadeira, com um crachá no peito. Se conversa com o 'pai' e a 'mãe', e eles falam pelo pai e pela mãe. Cada vez que falam têm que trocar de cadeira. Chegam a trocar a voz e a postura."

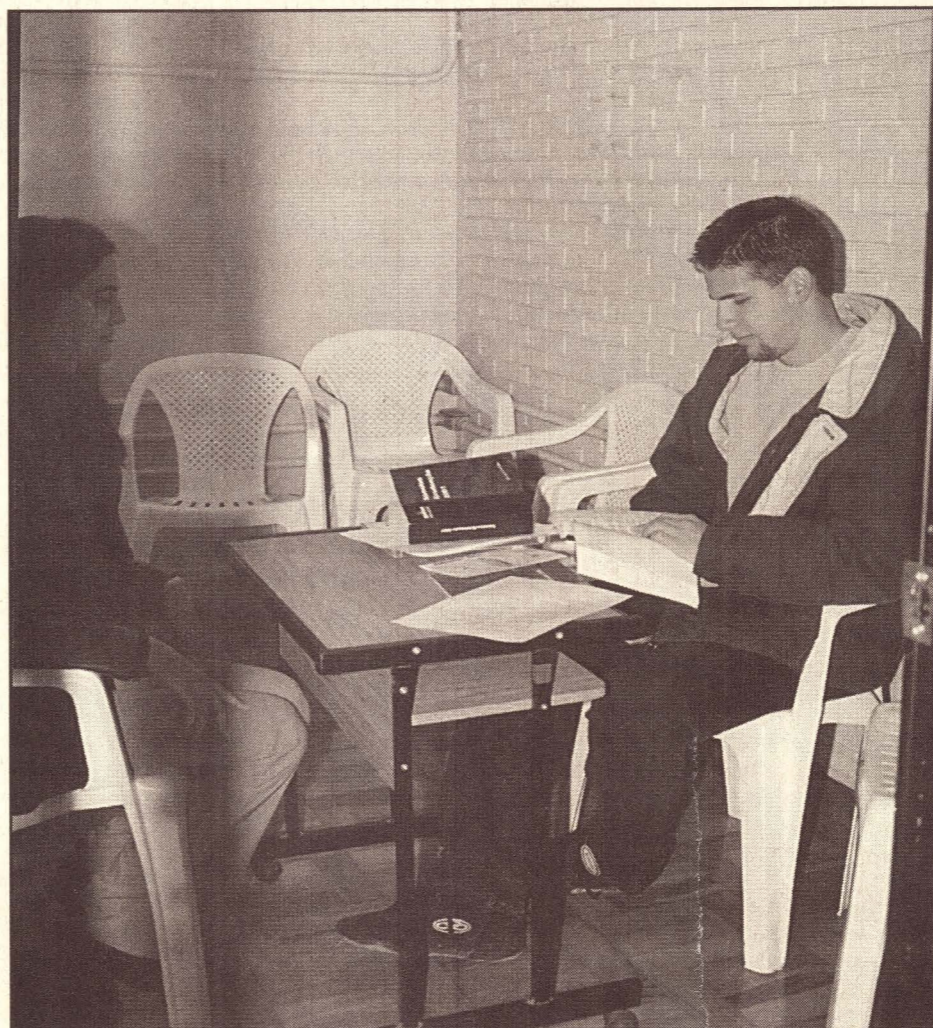
A gente vê muitas vantagens nesse processo de grupo, mas ele é apenas uma estratégia. Nosso diagnóstico é individual, e a gente vê mais ou menos para aquele grupo que temas devem ser trabalhados. Não se tem um pacote de trabalho. Em cada encontro, o grupo é trabalhado, supervisionado, discutido. E de um encontro para o outro é que a gente cria o próximo encontro e suas possibilidades.

PLANTÃO NO VESTIBULAR

"O plantão é uma loucura", conta Maria Célia. "Fica-se das 13h às 17h à disposição de qualquer estudante que queira orientação para inscrição no vestibular da UFRGS."

Muitos vêm procurar o Serviço de Orientação Profissional pouco antes de se inscrever para o vestibular. No ano passado, o plantão atendeu cerca de três mil pessoas durante as três semanas de inscrições. "Chegamos a pedir reforço, todo mundo colaborou e se deu um duro danado. Teve momentos em que havia 50, 60 pessoas em atendimento. Cada um de nós atendendo dois, três, ao mesmo tempo."

Conselho para quem vai fazer vestibular e ainda está em dúvida sobre o curso a seguir: informe-se, participe dos grupos ou venha apenas manusear o material de informação do SOP. Ligue para 3316-5453 para obter informações. Para se inscrever é preciso vir pessoalmente. Em breve o SOP terá um site na Internet.



O SOP tem um plantão durante o período de vestibular.

Massa de modelar

Com massa de modelar se fazem imagens profissionais, por exemplo. Cada um modela escondido, e os outros têm que adivinhar o que é. Outra forma é modelar o que se sente no momento. Eles fazem, por exemplo, uma bola fechada, querendo dizer: 'Estou completamente fechado e, do jeito que estou, posso ir para qualquer lado. Outro faz uma coisa espinhenta: 'Ah, estou nervoso, brigo com todo mundo'. Essa coisa do adolescente mexer com a mão, com o concreto, é muito importante. O trabalho com recorte e colagem também é elucidativo. Inicialmente, cada estudante faz um cartaz com recortes de revistas para ilustrar o que está passando no momento. Depois explicam, discutem, se dão conselhos, e a gente vai identificando suas dificuldades. Há grupos compostos por jovens muito imaturos, de 16, 17 anos, que nunca trabalharam, nem vão trabalhar antes de se formar. Então, eles acham que o trabalho não é uma coisa para eles, que o trabalho mesmo não importa, porque eles querem ser médicos, advogados, que é uma coisa mágica. A gente já vai ver com eles o que é o trabalho.

Profissão que dê dinheiro

A psicóloga Maria Célia diz que não há profissão boa, ruim, saturada, não-saturada, que dá dinheiro, que não dá dinheiro. "Não é a profissão, em abstrato, que tem essas qualidades, mas sim as pessoas, concretas, que têm essas formações e que se colocam bem ou mal." Muitos chegam dizendo que querem determinada profissão porque querem ganhar dinheiro. "A gente respeita, porque é o valor dele, mas se procura mostrar que não é a profissão que dá dinheiro, são os profissionais que ganham dinheiro. A pessoa tem que saber se colocar no mercado, saber se vender, saber ir atrás do que quer."

Fantasia e realidade

Muitas vezes, o que o estudante busca é a fantasia que ele próprio criou a respeito do curso ou da profissão que pensa seguir. E quando cai na realidade, desencanta. Para ilustrar essa situação, Maria Célia cita o exemplo de sua filha, de sete anos, que quer ser física para ter um laboratório igual ao do Dexter, que ela vê na televisão. Na verdade, ela não quer ser física, quer é ser o Dexter, quer realizar uma fantasia. "Aos sete anos, está muito bem", garante a psicóloga. "Mas isso pode ir se perpetuando sem que a pessoa se dê conta, e ela chega à adolescência com um nível mais elaborado de fantasia sobre um tipo de poder que quer alcançar com determinada profissão. E vem buscar essas coisas na universidade." O que encontra - no entanto - é um curso, com professores, disciplinas, temas para estudar, provas para fazer, coisas que não satisfazem fantasia nenhuma. Diferente daquele estudante que pesquisou, que esteve em ambientes de trabalho, que conversou com profissionais e sabe o que esperar da profissão. "Ele até pode passar por disciplinas de que não gosta, por professores de que não gosta, mas continua, porque sabe onde quer chegar", diz Maria Célia.

Mudança não é fracasso

Atualmente não se fala mais de profissão por profissão, se fala de áreas profissionais, esclarece Maria Célia. Por exemplo: o engenheiro mecânico está na área de *agribusiness*, está na arquitetura em construção, está na Internet. "As profissões abrigam todo o tipo de pessoas, e uma pessoa pode ter qualquer profissão porque as profissões são amplas o suficiente para abrigar qualquer conjunto de características pessoais. "Nossas características vão determinar a forma com que nos relacionaremos com uma profissão e vão moldar nossa prática profissional." Além disso, uma pessoa pode ter várias profissões, diz a psicóloga. Temos tantas habilidades, tantas características que gostamos de ter mais de uma coisa para fazer. Mas se escolhe uma profissão e dentro dela vamos fazer as coisas do nosso jeito. "Quem procura o SOP acaba se conscientizando da unicidade da sua história. O importante é que ter noção de que somos um só com uma história. E que essas mudanças fazem parte da nossa história, não podem indicar um fracasso de nada. São só mudanças. E nunca a mudança é tão grande que não possa haver uma ligação entre uma profissão e outra."

Médico ou piloto?

Um jovem estava indeciso entre ser médico, como o pai, ou ser piloto. Se fizesse Medicina, com certeza, ia ganhar um carro, sua mesada ia aumentar e ele herdaria um consultório maravilhoso. Mas ele queria mesmo era ser aviador. Então, no SOP, fez o genoprofissiograma, uma espécie de árvore genealógica das profissões da família, e descobriu que um avô e um bisavô tinham sido médicos eminentes. Um deles tinha desenvolvido uma técnica de transplante utilizada até hoje, e o outro tinha feito uma descoberta importante na área da oncologia. Só então, o estudante se deu conta de que o que queria mesmo na Medicina era ser pesquisador, como os avôs, e não clínico, como o pai. Ai, escolheu Medicina.

Sobreviver e cantar

Estudante procura o SOP para pedir ajuda. Quer uma 'profissão de base', para ganhar a vida, já que o que deseja mesmo é ser vocalista de banda de rock e fazer turnês internacionais. Com tristeza, como se estivesse matando sua identidade de músico, acaba escolhendo fazer o curso de Jornalismo, para estar perto da arte. Então, é aconselhado a conversar com um músico que tem uma empresa de material médico-odontológico. Um violonista que só se apresenta na Europa, para onde viaja duas ou três vezes por ano para tocar com um grupo, enquanto sua empresa é gerida de forma que ele possa se ausentar. Depois de conversar com o violonista-empresário, o rapaz volta com outra expressão no rosto: tinha descoberto que é possível fazer as duas coisas, sobreviver e cantar.

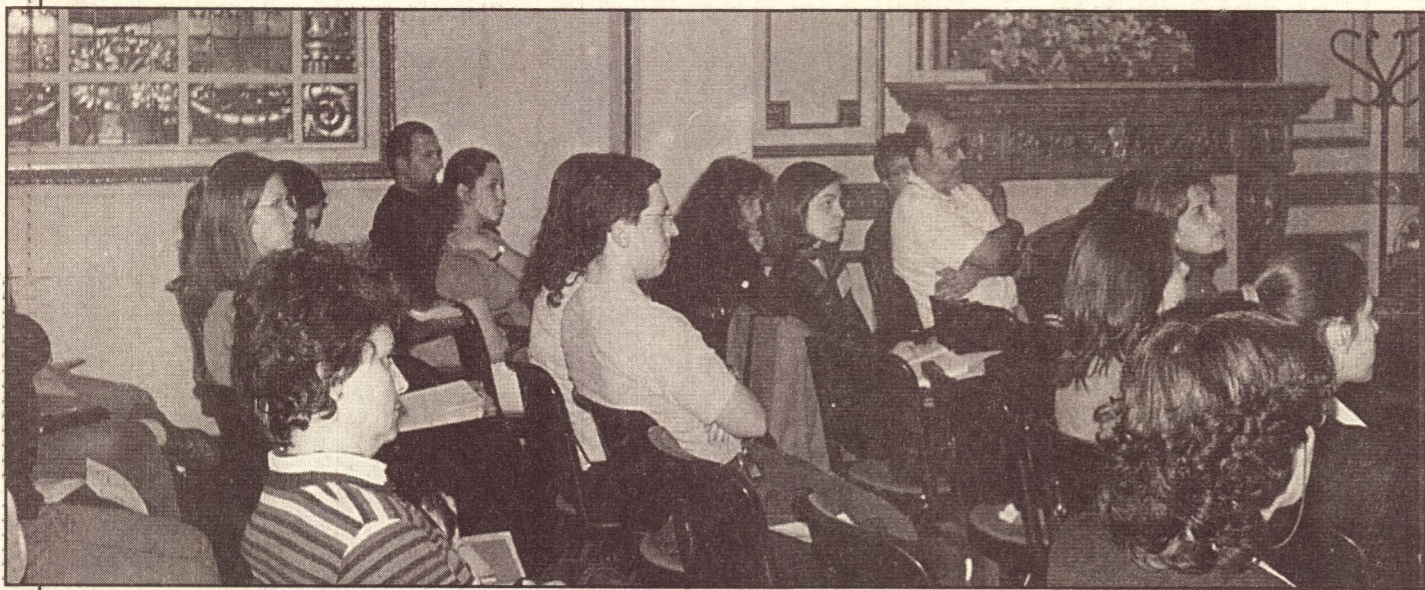
Uma questão de gênero

A mulher tradicionalmente tem mais facilidade para buscar ajuda porque aceita sua fragilidade com muita tranquilidade. Qualquer serviço de ajuda: igrejas, cartomantes, consultórios de psicologia, serviços públicos. Mas a situação é a mesma, confrontada com sua realidade, ela vai enxergar sua trajetória. O homem tem na sua história uma ligação forte com o trabalho, talvez isso seja uma das razões pelas quais ele tenha dificuldade de procurar ajuda. Ter dificuldade na escolha da profissão é falhar no seu designio social.

A mulher como é mais afeita às questões domésticas, à maternidade, teria mais permissão de falhar na hora de escolher trabalho. O mundo dela é o mundo privado, o homem é o dono do domínio público, não pode falhar. Tanto que, para o homem, as mudanças profissionais, o desemprego e a aposentadoria têm uma força esmagadora, mas para a mulher, não.

Questões de gênero perpassam as escolhas dos adolescentes também. Por exemplo, meninas têm dificuldades de escolher algumas profissões porque exigem inserção radical no trabalho e ela já pensa que quando tiver filhos não vai poder ter essa dedicação. É muito difícil escolher entre carreira e filhos, e por isso muitas vezes a mulher não consegue ascender a determinados cargos.

Os rapazes, por outro lado, têm dificuldades de escolher determinadas profissões tidas como femininas, como Psicologia, porque precisam mostrar masculinidade. Muitos meninos escolhem Engenharia porque é profissão de homem. Um aluno me dizia que estudar Engenharia era um inferno, mas tinha escolhido esse curso porque era profissão de homem. O pai não ia permitir que escolhesse outra coisa. Mas, quando revelou ao pai que desejava mudar para Psicologia, o pai aceitou muito bem e até disse que considerava uma profissão muito bonita.



IX Jornada
de Jovens
Pesquisadores
na Universidade
de Rosário,
Argentina

Ciência e tecnologia para a integração regional

● SILVIA MARIA ROCHA

Secretária-adjunta de Relações Institucionais e Internacionais

Enquanto diplomatas e economistas discutem as possibilidades de integração entre países da América Latina numa área de livre trânsito e livre negociação, há dez anos a Associação de Universidades Grupo Montevidéu constrói, através de suas atividades, uma real integração acadêmico-cultural. As Jornadas de Jovens Pesquisadores, cuja nona edição foi realizada de 12 a 14 de setembro deste ano pela Universidade de Rosário, Argentina, são demonstração do crescimento das interações, com resultados encorajadores quanto à qualidade dos trabalhos apresentados.

Uma colorida multidisciplinariedade – 330 trabalhos em 19 diferentes áreas – foi apresentada por jovens pesquisadores, alunos de graduação ou pós-graduação (alguns também já jovens professores), de 13 universidades públicas da Argentina, Brasil, Uruguai

Professores discutem América Latina em seminário de Ciência Política

O Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS e Associação Universidades do Grupo Montevidéu promovem o seminário *Política desde el sur*, nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, de 3 a 5 de outubro, com a participação de professores de universidades do Brasil, Argentina, Uruguai, Inglaterra e Estados Unidos.

Entre os temas que serão apresentados no seminário estão: As grandes questões da ciência política para a América Latina; Democracia, representação e

cidadania; Partidos e eleições na América Latina, Governo e políticas públicas. O programa completo com a relação dos participantes em mesas e painéis pode ser consultado na *home-page* www.nupergs.ifch.ufrgs.br/seminario. Outras informações, pelo telefone 3316-6619.

VI Congresso Internacional da Abecan reúne canadenses e brasileiros na UFRGS

Entre 11 e 14 de novembro, Porto Alegre vai sediar o VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan), cujo tema será Transculturalismos. A promoção é da Abecan, do Núcleo de Estudos Canadenses do Rio Grande do Sul, do Instituto de Letras e do Programa de Pós-graduação de Letras da UFRGS, com apoio de diversas entidades canadenses e brasileiras, entre elas o Instituto de Artes, a Faculdade de Direito e o Instituto de Sociologia e Antropologia do IFCH da UFRGS.

De acordo com o folheto de divulgação, “trata-se privilegiar perspectivas comparatistas entre o Brasil e o Canadá, de analisar as interfaces entre os dois países, de ressaltar as migrações e as transferências de conceitos através das Américas e de apontar os fatores de transculturação”. A abertura do evento será no Salão Diplomata do Hotel Embaixador e as demais atividades no salão nobre e em salas da Faculdade de Direito da UFRGS. Durante o congresso, haverá exposição de livros canadenses, exposição de fotos e performance a cargo de um artista canadense. Também está prevista a apresentação de um *chansonnier* (a confirmar). Mais informações, no Instituto de Letras (Campus do Vale), ou pelo telefone 3316-6702 e pelo e-mail abecan@vortex.ufrgs.br.

Paraguai. Registrou-se a maior participação de alunos e professores da história das Jornadas, realizadas a cada ano em uma universidade diferente. O grande Salão da Reitoria da Universidade de Rosário foi completamente ocupado pelos painéis com os *posters* dos trabalhos; diversas das salas do prédio – que já abrigou o Grande Hotel e hoje é a sede da Reitoria – serviram às reuniões de apresentações mais detalhadas e debate dos trabalhos, e a conferências agendadas por alguns grupos que aproveitaram a presença de destacados professores para aprofundar itens específicos de sua área.

A UFRGS, que considera uma prioridade a integração com seus vizinhos da Bacia do Prata, tem apoiado, através da Pró-reitoria de Pesquisa, a participação de seus alunos e professores nas Jornadas nesses nove anos consecutivos. Cerca de 25 alunos têm apresentado seus trabalhos, anualmente, e participado da experiência de integração que inicia pela organização do grupo, este ano composto por alunos de oito diferentes cursos, para a viagem. A amizade resultante fez o grupo do ano de 2000 criar uma página na *web* para lembrar os episódios da viagem e manter os estudantes em contato. Tem-se observado a crescente naturalidade dos alunos na interação com os colegas de língua espanhola, e muitos já foram motivados a fazer cursos de espanhol de férias, o que certamente constitui um enriquecimento para sua experiência acadêmica.

O professor Valter Stefani, coordenador da área de *Química Fina* na UFRGS, que participou pela primeira vez nas Jornadas, comentava, ao final, ter percebido uma vitalidade diferente no evento, o que ele explicava pelo caráter multinacional e multicultural. A professora Stela Rates, coordenadora da área de *Produtos Naturais Bioativos e suas Aplicações*, que já participou de sete Jornadas, tendo começado como jovem pesquisadora, acha que as Jornadas se distinguem de outros eventos científicos pela interação que acontece além delas: ao longo desses anos, os professores e alunos estão aprendendo, através das várias atividades dos Núcleos e Comitês, a se conhecerem e a valorizar o que cada um possui de interessante e importante. O intercâmbio de idéias tem produzido temas para dissertações de mestrado e publicações conjuntas. Durante este segundo semestre de 2001, Raquel Fenner, aluna e bolsista da professora Stela, aqui na UFRGS, participa do Programa Escala de Intercâmbio de Alunos de Graduação, da mesma AUGM, cursando disciplinas na Universidade de Rosário e trabalhando em pesquisa sob a orientação da professora Suzana Zachino. É mais um elo que se estabelece, nessa cadeia de integração silenciosa.

A sessão plenária final das Jornadas sempre inclui uma avaliação, em que alunos e professores são bastante rigorosos na crítica quanto à forma e conteúdo de sua realização. E de onde saem sugestões a serem levadas à reunião de Delegados Assesores e ao Conselho de Reitores, que decidirá sobre o local e características das Jornadas do próximo ano. Nesses momentos, uma conclusão tem sido unânime: as Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM são sempre um sucesso, pois mostram a integração viva e um intercâmbio acadêmico internacional em benefício do crescimento de todos.



RICARDO DE ANDRADE

Reitora recebe distinção

A reitora Wrana Maria Panizzi recebeu a medalha “Negrinho do Pastoreio” pela seu destacado desempenho em favor da cultura gaúcha, à frente da UFRGS. Em 2000, a reitora já havia sido indicada para receber esta distinção. Porém, na ocasião, estava em Brasília, após sua reeleição, na sessão de posse para a segunda gestão. Ao bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Antônio Cheuiche, também foi outorgada a mesma distinção, que foi entregue pelo governador Olívio Dutra.

Esclarecimento da UFRGS à sociedade

As universidades federais vêm desempenhando, ao longo de sua história, papel fundamental na educação superior e no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, como agentes estratégicos na construção da cidadania e da formação de recursos humanos qualificados.

A Administração Central e o conjunto dos diretores das Unidades Acadêmicas da UFRGS, cientes de sua responsabilidade face a informações veiculadas sobre as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, vêm apresentar os seguintes dados e esclarecimentos:

■ o orçamento das IFES cresceu 30% nos últimos 5 anos, enquanto a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), aumentou 70%. Isso significa uma perda real no orçamento, o que vem dificultar a manutenção adequada das atividades das universidades;

■ o investimento em bibliotecas (livros e periódicos, a maioria internacionais) diminuiu 30%, em termos reais, nos últimos 5 anos;

■ a UFRGS recebeu, nos últimos 5 anos, apenas a quinta parte dos recursos mínimos para a manutenção e atualização da rede de computadores;

■ o plano de investimentos em infra-estrutura da UFRGS, que envolve novos prédios, recuperação do patrimônio histórico e reequipamento e atualização de laboratórios, alcança R\$ 150 milhões. No primeiro edital do Fundo de Apoio à Infra-estrutura, parte dos Fundos Setoriais criados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a UFRGS recebeu a vigésima parte disso. Após quase uma década de dotação orçamentária insuficiente, a continuidade desses Fundos é fundamental para a revitalização da estrutura de pesquisa das universidades públicas;

■ os últimos concursos públicos para preenchimento de vagas docentes não foram sequer suficientes para manter o quadro funcional: em 1995 éramos 2.118 docentes; em 2000, somos apenas 2.097; o Governo está permitindo concurso público para o preenchimento de apenas 85 das 321 vagas docentes da UFRGS;

■ um dos reflexos do estrangulamento do quadro de pessoal docente é o preocupante número de 365 professores substituídos, o que representa 15% dos docentes em sala de aula;

■ a carreira dos servidores técnicos-administrativos não oferece perspectivas de progressão por qualificação. O Plano de Cargos e Salários vigente é inadequado à dinâmica e à necessária modernização da Universidade, não assegura nem mesmo a remuneração mínima profissional prevista em lei para algumas categorias e torna cada vez mais difícil reter recursos humanos qualificados, tais como laboratoristas, técnicos em informática e bibliotecários, entre outros;

■ em 1995, a UFRGS tinha 3.508 técnicos-administrativos; hoje, conta com 2.778. Até o presente momento, não houve autorização de concurso público para preenchimento das 730 vagas em aberto. Tão importante quanto a redução absoluta do número de técnicos-administrativos, é o fato de que mais de 30% dos cargos de nível superior estão vagos.

Os dados demonstram que a UFRGS, bem como o conjunto das IFES, recebem menos apoio do Governo Federal do que necessitam, sugerindo que o financiamento do ensino superior público não tem sido priorizado. A despeito de todas essas dificuldades, a UFRGS tem demonstrado um significativo desempenho acadêmico, resultado da dedicação, tenacidade e rigor do trabalho de seus docentes e técnicos-administrativos:

■ nas avaliações da Graduação e da Pós-graduação realizadas pelo MEC, a UFRGS figura entre as três principais universidades brasileiras;

■ nos últimos cinco anos, foram criados 7 novos cursos de graduação, houve acréscimo de 563 novas vagas e aumento de 33% no número de diplomados;

■ na Pós-graduação, a UFRGS ampliou a oferta de novos cursos (21% no mestrado e 58% no doutorado). Em 1996, a Universidade tinha 3.994 alunos matriculados na Pós-graduação; hoje, tem 5.705;

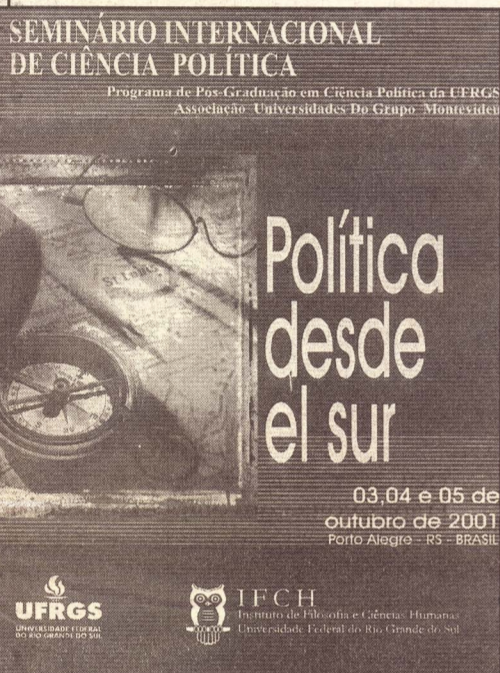
■ a UFRGS conta com 422 grupos registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq, com produção científica qualificada, e tem presença marcante em atividades de Extensão junto à sociedade, em cooperação com organizações governamentais e não-governamentais;

■ o financiamento da pesquisa e da extensão está alicerçado no quadro docente, que conta com 1.131 doutores e 634 mestres, nos alunos de pós-graduação e graduação e no corpo técnico-administrativo, e se dá através de projetos competitivos aprovados pelas diversas instâncias de fomento.

Evidencia-se, portanto, que a UFRGS tem buscado responder aos desafios que lhe são colocados. Aliás, esse tem sido o comportamento de todo o sistema das IFES. Em 1998, a Associação Nacional dos Dirigentes das IFES, Andifes, propôs ao MEC um programa de aumento de vagas discentes e de produtividade do sistema; a contrapartida negociada foi a abertura de concursos e o aumento de dotação orçamentária. Até o momento, apenas as IFES cumpriram integralmente o acordado.

Face à crise institucional que ora vivem as Instituições Federais de Ensino Superior, expressa nos movimentos de paralisação, os dirigentes da UFRGS esperam que o diálogo entre as entidades representativas e o MEC possibilite o entendimento, o encaminhamento de soluções e a retomada das atividades acadêmicas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul continuará dialogando, interna e externamente, para manter a instituição de portas abertas e cada vez mais comprometida com a causa da universidade pública, e cumprindo o papel que a sociedade dela espera.

Administração Central e Diretores de Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



FONE: (51) 316.3018 / 316.4500 / fax: (51) 316.3400 - E-MAIL: predios.historicos@ufrgs.br

Faça como o Róger e a Cibele: doe o que puder para os Prédios Históricos da UFRGS.

Cibele e Róger Dresch são irmãos. Nascidos em Sapiranga, vieram para Porto Alegre para fazer o vestibular na UFRGS. Primeiro, chegou o Róger. Dois anos depois, veio a irmã. Cibele, que quando pequena sonhava ser dentista, acabou imitando o irmão mais velho e também formou-se em farmácia e bioquímica. “Sinto que tenho que encarar o exercício de minha profissão como um compromisso social. Afinal, me formei numa universidade pública. No fundo, talvez me sinta na obrigação de dar retorno à sociedade pelo que recebi na UFRGS”, declara Cibele. Se você quer contribuir com os Prédios Históricos da UFRGS, faça como o Róger e a Cibele: peça seu carnê ou débito em conta à Secretaria do Patrimônio Histórico e doe o que puder.



Paulino Varela Tavares, de volta a Cabo Verde

♦ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Ele acaba de colar grau depois de quatro anos no Curso de Economia da UFRGS. Só está esperando a greve terminar para arrumar os papéis, voltar para Cabo Verde e colocar em prática o que aprendeu. Na mala, apetrechos de chimarrão e CDs de Djavan. No coração, muita saudade. De lá e daqui.

Paulino Varela Tavares nasceu no dia 10 de outubro de 1972, em Tarrafal, na Ilha de São Tiago, onde está a capital oficial de Cabo Verde, a Cidade da Praia (Mindelo, na Ilha de São Vicente, é a capital cultural). Veio de uma família numerosa, com quase 30 irmãos por parte do pai, criado dentro dos padrões de antigamente, quando os homens tinham várias mulheres. Alguns dos irmãos, ele nem conhece, só sabe que existem. Com os que conhece, se dá muito bem. Quatro deles estão na França, e dois, em Portugal.

A mãe sempre foi pai e mãe: desempenhou as duas funções, trabalhando como lavadeira num quartel do exército. Teve sete filhos. Paulino é o mais velho. Depois vieram Carlos Manuel, Maria de Fátima, Vitor Manuel, João Batista, Dionísio e, finalmente, Nísia. Como se vê, se os portugueses não conseguiram impor seu idioma como a primeira língua de Cabo Verde, onde se fala primeiro o crioulo, pelo menos conseguiram impor seus nomes próprios. Nisso, Paulino está de acordo: "Imagine um cabo-verdiano que se chamasse Michael, ou Jennifer... Isso tu não vais ver nunca. Vais encontrar João, Pedro, António, mas Michael não. Aqui no sul do Brasil é diferente, porque houve muita imigração europeia, alemães, italianos..."

FUTEBOL E PRAIA

Do bom da infância, ele lembra imediatamente o futebol e a praia. Jogava no meio de campo, de zagueiro, gostava de ver e organizar as jogadas. E era bom no que fazia. Até foi convidado a jogar em equipes organizadas, mas não aceitou. Ouviu os conselhos da mãe, atenta para a sabedoria popular: em Cabo Verde, quem joga futebol morre de fome. Diante da possibilidade de sucesso fácil (e efêmero), os pais preferem que os filhos estudem. Graças a seu trabalho

no quartel, a mãe conseguiu encaminhar Paulino para um colégio militar, onde ele permaneceu dos 10 aos 18 anos de idade.

Em Cabo Verde, o exército não é voltado para a guerra e sim para a formação dos jovens, explica Paulino. "A escola em que estudei é especializada em dar formação a crianças e jovens inteligentes. Eles oferecem esse tipo de formação militar, mas as aulas regulares são dadas em escolas civis." Aos 18 anos, Paulino trocou a escola militar... por um quartel. Foi fazer o serviço militar regular. Depois de cumprir seu período, deu aulas numa escola civil e fez um curso de preparação para entrar na universidade.

FUTURO IMEDIATO

O Programa de Estudantes Convênio - Graduação (PEC-G), que propiciou a formação de Paulino Varela Tavares na Faculdade de Economia da UFRGS é apoiado por instituições financeiras internacionais. O Brasil oferece a vaga, Cabo Verde financia a bolsa. O objetivo é formar quadros e técnicos, tanto para empresas públicas como para empresas privadas.

Agora que está formado, Paulino quer voltar o mais breve possível para seu país, trabalhar, ajudar a família, e sair de novo, para completar sua formação. Gostaria de fazer um curso de pós-graduação fora, quem sabe na UFRGS de novo. "Os professores são muito dedicados, a Universidade é muito boa, gostaria de voltar para fazer pós-graduação. Aqui é a minha segunda casa, vou sentir muita saudade."

ESTÁGIO TRANCADO

Ele está contente, mas tem uma queixa. Ao concorrer com outros cabo-verdianos, formados em universidades do Rio e São Paulo, os estudantes de convênio formados pela UFRGS ficam em desvantagem porque não lhes permitem fazer estágio. Paulino explica que um artigo do estatuto do estudante de convênio não admite que ele tenha remuneração ou vínculo empregatício. E a UFRGS, diferentemente de todas as demais universidades do Brasil, interpreta o estágio como remuneração.

"Até a PUCRS aceita que os alunos façam estágio, mas a UFRGS não. Cheguei a começar um estágio, mas a Universidade me trancou. Gostaria que essa posição fosse revista, porque já prejudicou muitos colegas, está me prejudicando e vai prejudicar os outros que vierem. É certo que não podemos trabalhar, mas fazer estágio deve poder."

Mar a fora, atrás das baleias

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas e cinco ilhotas de origem vulcânica, distante 500 quilômetros da costa da África, na altura do Senegal. Tem cerca de 430 mil habitantes. Muitos navios brasileiros que seguem para

a Europa passam por Cabo Verde. Entre as ilhas há muitas linhas de barco. De avião, também, porque as ilhas são distantes umas das outras.

O território é árido e não tem animais exóticos. Além dos animais domésticos, Paulino só lembra dos peixes e dos passarinhos. Ele conta que, certa vez, um casal alemão que vinha para o Brasil deixou um casal de cobras no arquipélago, criando um problema nacional. E um susto nacional, quando uma das cobras escapou. Que fim terá levado? Paulino acha que ela acabou morrendo devido ao sol forte.

Como quase não chove, a produção é escassa. Além do que colhe em alguma lavoura irrigada, Cabo Verde produz pescado para enlatar e exportar. Mas importa muito do que consome, inclusive carne bovi-

na. Para se sustentar, o país depende das remessas de dinheiro feitas pelos emigrantes. "Se eles deixarem de mandar dinheiro, o país acaba", explica Paulino, que aponta uma saída: o turismo. "Precisamos chegar ao turismo de ponta. É preciso haver uma política de incentivo ao turismo (e já está havendo), além da cooperação com outros países."

TRÁFICO DE ESCRAVOS

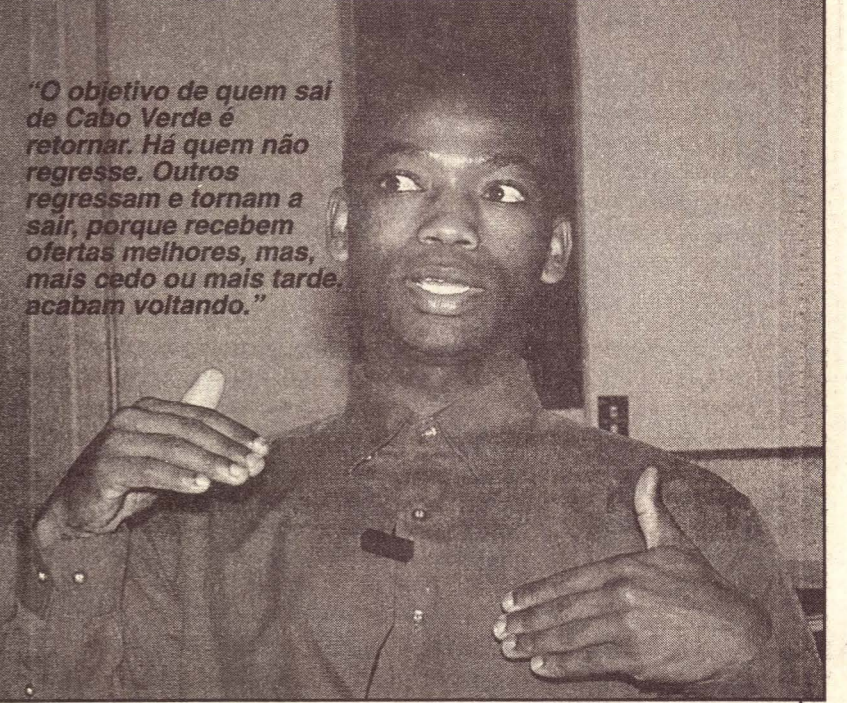
Consta que o arquipélago de Cabo Verde era desabitado até a segunda metade do século 15, quando navegadores portugueses o transformaram numa espécie de entreposto para o tráfico de escravos trazidos da Guiné e que, posteriormente, iam servir de mão de obra para a economia do sul dos Estados Unidos, do Caribe e do Brasil. O fim do tráfico provocou a decadência econômica das ilhas e a imigração maciça dos habitantes.

O cabo-verdiano se tornou um povo de migração partir de 1810, quando a estigação o levou a fazer parte da tripulação de barcos estrangeiros empenhados na pesca da baleia. Embarcava, trabalhava no mar e acabava desembarcando em Boston, nos Estados Unidos. Mais tarde, migrou também para Angola, para São Tomé e Príncipe, buscando trabalho nas fazendas de cacau. E para o Brasil, principalmente Rio, ABC Paulista e Santos.

Paulino calcula que haja uns 35 mil cabo-verdianos nos Estados Unidos, na região de Boston, e mais 35 mil em Lisboa. Também há cabo-verdianos na França, na Holanda e em outros países. Nas décadas de 40 e 50 do século passado, a Holanda carecia de mão-de-obra, e os holandeses iam buscar trabalhadores no Suriname (sua colônia na América do Sul) e na África, inclusive em Cabo Verde.

Mas os portugueses - que ainda mantinham o arquipélago como colônia (a independência foi em 1975) - acharam vantajoso fazer uma troca: os cabo-verdianos iriam trabalhar em Portugal, enquanto os portugueses iriam trabalhar na Holanda. Mesmo assim, de Portugal, muitos cabo-verdianos migraram para a Holanda.

Até 1997, todo o ano, cerca de cem estudantes cabo-verdianos vinham estudar no Brasil. Fretava um avião e vinha. "Antigamente a Aeroflot mantinha um voo para a América do Sul, que passava por Cabo Verde. Depois que a União Soviética quebrou, para vir ao Brasil, temos que viajar via Lisboa, o que é muito cansativo." Paulino chegou no último voo direto. Ele calcula que aqui em Porto Alegre, no momento, haja no máximo uns 15 cabo-verdianos. Todos estudantes em convênio. Mas esse número está diminuindo. Até o final do ano, só ficarão uns cinco, para falar crioulo e lembrar da pátria.



"O objetivo de quem sai de Cabo Verde é retornar. Há quem não regressa. Outros regressam e tornam a sair, porque recebem ofertas melhores, mas, mais cedo ou mais tarde, acabam voltando."

CACHUPA NO APÊ

"Na minha formatura, convidei umas colegas que moram na Casa do Estudante para ir ao apartamento onde moro com outros colegas. E fiz uma cachupa, comida típica de Cabo Verde, uma espécie de sopão, com carne, milho, batata, cenoura, couve, só comendo para sentir. Depois dançamos músicas de Cabo Verde. A maior parte das músicas é dançante mesmo. Achei até que poderiam não gostar, mas no dia seguinte me disseram que tinham gostado muito."

MORNA, COLADEIRA E FUNANÃ

"Cesária Évora canta morna e coladeira. Quando ela começou a ficar conhecida internacionalmente, ninguém pensava que ela poderia 'explodir'. É uma cantora fantástica. Ela fez com que Cabo Verde ficasse muito conhecido. Tem outros cantores, mas foi ela que deu a partida. Tem Bana, tem Zezé e Zeca de Nha Reinalda, tem Norberto Tavares, Beto Dias. Tem os grupos Bulimundo, Sementeira. Os Tubarões, que tocam o morna, a coladeira e também o funaná, que é muito parecido com o samba."

PARA OUVIR E DANÇAR

"As músicas africanas se parecem muito com o samba. Têm diferenças, mas em termos de ritmo são quase a mesma coisa. Por exemplo: o morna, música típica de Cabo Verde, pode ser comparado com a música romântica brasileira. Todas as músicas de Cabo Verde têm essa coisa melancólica, de saudade, de partida. De chegada, também. Também há compositores mais atuais. Hoje em dia, tem coisas mais modernas, como música eletrônica, discoteca e coisas assim. Mas sempre tem essa parte mais tradicional, para ouvir e para dançar. Principalmente para dançar pegados (enlaçados), mulher e rapaz. É muito sensual."

PARA OUVIR E CHORAR

"O Norberto Tavares é autor de uma música chamada *Cabo Verde Esperança*, considerada uma espécie de hino nacional de Cabo Verde. Nas festas que fazíamos aqui, lá pela metade da festa se botava essa música e todo mundo começava a chorar. Essa música foi composta ainda no tempo em que Cabo Verde era colônia de Portugal. Ela marcou a independência do país, em 1975."

LÍNGUA DO COTIDIANO

"Os portugueses sempre tentaram inibir o uso das línguas nativas para impor sua própria língua. Cabo Verde foi, praticamente, o único país em que eles não conseguiram implantar o português como primeira língua. Os cabo-verdianos nascem e crescem falando crioulo - língua trazida do continente por escravos oriundos de Guiné-Bissau - e só aprendem a falar português quando vão para a escola. O português é a língua oficial, mas não a língua do dia-a-dia. Em aula se fala português, mas fora da aula só se fala crioulo. Mesmo os ministros, entre eles, falam crioulo. Português se aprende e se fala por necessidade."

PORTUGUÊS DE PORTUGAL

"Em Cabo Verde se fala o português de Portugal, se fala mais pra dentro, ao passo que aqui no sul do Brasil se fala mais pra fora. O português de Portugal é muito complicado, tem aquele coisa de conjugar verbos com exatidão. Mas, se entendeu a mensagem, tudo bem, vamos pra frente. Não precisa brigar comigo só porque usei a palavra errada. Se entendeu é o que importa."

NÓS E OS CUBANOS

"Tive professores cubanos e professores brasileiros em Cabo Verde. Me acho muito parecido com os brasileiros, e também com os cubanos. Tem um ditado que diz: Brasil, Cuba e Cabo Verde é tudo a mesma coisa. Só conhecendo para ver que não tem muita diferença, mesmo. Se parecem pela simplicidade. E, depois, tem aquele orgulho pelos respectivos países. Em Cabo Verde há muitos profissionais cubanos, principalmente médicos. Cuba foi muito importante na independência de Cabo Verde, na formação de quadros."

LOUCO PRA TRABALHAR

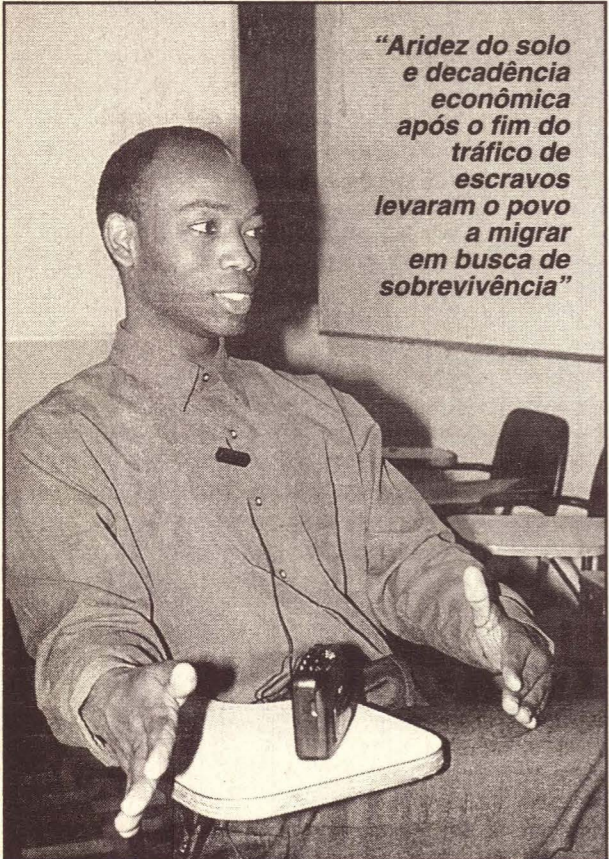
"Me formei recentemente. Se não fosse a greve dos funcionários já teria apanhado meus documentos e teria ido de volta, para trabalhar. Vou trabalhar, e muito, para ajudar a minha mãe e meus irmãos. Devo ao esforço da minha mãe ter entrado para o colégio militar, que me encaminhou na vida. Em Cabo Verde, a partir do sexto ano primário, o estudo já é dirigido para a área da profissão que se escolher. O objetivo é formar-se numa boa universidade. Para os que conseguem estudar fora do país, os cursos preferidos são os da área de ciências sociais, economia, administração, engenharia."

CHURRASCO E CHIMARRÃO

"Em Cabo Verde eu só comia peixe. Carne bovina, só vim a comer bastante aqui no Rio Grande do Sul. Vou num churrasco e como, mas não como muito. Fico admirado de ver como as pessoas comem carne aqui. Também tomei muito chimarrão. Gosto muito, me descansa, me relaxa. Na mala, estou levando aparatos para chimarrão. Sei que em Cabo Verde não vou ter como conseguir erva, mas há outras ervas que podem ser usadas. Estou levando também CDs de Djavan e de pagode. E CDs de música gaúcha, que ganhei de amigos, além do CD 'Porto Alegre é demais', com músicas sobre Porto Alegre."

AMOR BRASILEIRO

"Tenho uma namorada brasileira. Eleonora Costa Ferreira, advogada e assistente social. Daqui a um mês estou voltando para Cabo Verde. São coisas que acontecem. Há coisas que precisam ser feitas, e ela entende isso. Então, vamos deixar as coisas acontecerem."



"Aridez do solo e decadência econômica após o fim do tráfico de escravos levaram o povo a migrar em busca de sobrevivência"

A coisa mais estranha, mãe: racismo

Paulino diz que o que mais lhe chamou a atenção aqui no sul do Brasil foi o racismo, uma atitude desconhecida em Cabo Verde, onde a maioria da população é constituída por negros e mulatos. Ele conta que é comum a quem vem de países africanos ligar para casa nos primeiros dias e dizer: "Mãe, não quero ficar mais aqui, estão me tratando muito mal".

Tratar mal, nesse caso significa desconfiar que, por ser negro, você é ladrão ou assaltante, no ônibus, no táxi, na banca de guloseimas. Ou, simplesmente, não considerá-lo digno de ser atendido num restaurante (mesmo que esse restaurante esteja numa zona de colonização alemã ou italiana e seja especializado em servir turistas brancos e endinheirados).

É ignorância. Paulino sabe que é ignorância e que não pode permitir que esses incidentes atrapalhem seu caminho. "Temos que ir pra frente, seguir nosso objetivo. Temos que aprender a conviver com essas coisas. E denunciar, sim. Embora se saiba, por experiência própria, que não vai dar em nada."

Em 1997, ele passou por uma situação "curiosa" num restaurante em Canela, onde foi com mais três cabo-verdianos para comer massa. "O garçom pediu desculpas e disse que o dono não queria que nos servissem por sermos negros. Fiquei me sentindo mal durante um tempo. Entramos com queixa na polícia, mas nunca fomos chamados a depor."

Em outra ocasião, no Chocofest, festa do chocolate, em Gramado, recusaram-se a vender-lhe uma peça de chocolate, dizendo: "Primeiro, mostra o dinheiro". Ele perguntou, por que não pediam dinheiro adiantado para os demais compradores (todos brancos), e a vendedora revelou o que pensava, com toda a clareza: "Ah, esses aí não roubam". Paulino deixou assim, foi comprar chocolate em outro lugar.

Racismo, pra ele, já não era novidade. Logo que chegou à Porto Alegre, morou na Casa do Estudantes da UFRGS, no Campus do Vale. Para chegar lá, pegava o ônibus Campus-Ipiranga, ou o Pinheiro, e quase sempre ia junto com um colega branco. Naquele tempo, era freqüente haver blitz nos ônibus. E, sempre que havia, ele era revistado, mas o colega não.

Um dia, Paulino perguntou a esse colega por que revistavam os negros e os brancos não. E ele respondeu: "Olha, Paulino, isso é racismo mesmo".

Outra vez, ia para casa, de táxi, com a namorada, quando o motorista começou a falar com alguém pelo sistema de rádio. "Em pouco tempo, cinco carros de polícia cercaram o táxi e pediram nossos documentos. Mas, quando viram a carteira da OAB, mostrada por Eleonora, começaram a ir embora devagarinho. Ela entrou com processo, mas nunca chamaram."

Além de sofrer com a desconfiança que desencadeia o racismo incubado por gerações, Paulino também tem notícias das brincadeiras não menos contundentes a que os negros são submetidos onde quer que haja pessoas ignorantes. Como exemplo, cita o que ouviu de outro cabo-verdiano residente em Porto Alegre: em aula, um aluno (branco, mas com sobrenome Black) fez algo de errado, ao que outro aluno (também branco) comentou: "Tinha que ser um black".

Paulino diz: "A gente fica triste, mas, o que fazer? Há mudança, mas é muito lenta. Imagino como era 20 anos atrás. É muito pouco para uma cidade como Porto Alegre, para um estado como o Rio Grande do Sul." Em breve, para ele, esses relatos serão apenas uma lembrança, amarga mas longínqua, enquanto, para boa parte da população gaúcha e brasileira essas coisas continuarão a fazer parte do cotidiano. Até que se cumpra a lei.

